i. conscientizar o educando da necessidade da preservação ambiental, para que ele contribua com maior compromisso social.

Objetivos e Metas

a. garantir Políticas Públicas para EJA a todos os que não tiveram acesso à educação regular em idade própria a fim de erradicar o índice de analfabetismo entre jovens, adultos e idosos;
b. expandir e garantir oferta de educação para a população de jovens, adultos e idosos, próximo a sua residência, possibilitando o acesso e permanência aos cursos equivalentes ao Ensino Fundamental, inclusive nas áreas rurais, respeitando suas peculiaridades;
c. realizar, em 2016, o I Censo Educacional, de periodicidade quinquenal, com mapeamento de dados da população analfabeta, Ensino Fundamental e Médio incompletos, existente no Município. As respostas desse censo viabilizarão o atendimento da demanda e, consequentemente, a elevação da escolaridade da população duquecaxiense;
d. assegurar recursos financeiros integrais para o atendimento direto da Educação de Jovens, Adultos e Idosos com garantia de um padrão mínimo de qualidade, conforme os documentos do MEC;
e. assegurar o fornecimento de material didático-pedagógico (livros, mídias, *softwares*) diversificado e adequado aos estudantes e Professores da EJA, de acordo com suas especificidades, com implementação iniciada em 2016;
f. viabilizar, a partir do primeiro ano de vigência deste Plano, o acesso à informática educacional, ao ensino de educação física e aos projetos de Leitura aos estudantes de Educação de Jovens, Adultos e Idosos, garantindo os profissionais capacitados e, na esfera pública, concursados, independentemente do número de turmas da Unidade Escolar;
g. garantir a oferta de merenda Escolar aos estudantes da Educação de Jovens, Adultos e Idosos, com Programa de controle de alimentação específica para hipertensos, diabéticos e com outros problemas de saúde, garantindo a acessibilidade;
h. assegurar a construção de adaptações curriculares, o atendimento

especializado na Educação de Jovens, Adultos e Idosos para os estudantes com necessidades especiais, incluindo material didático-pedagógico e formação continuada, dentro do horário de trabalho do Professor, a partir do primeiro ano de vigência deste Plano;

i. estabelecer, a partir do 1° ano de vigência deste Plano, parceria com ministérios, secretarias e instituições para atendimento especializado aos estudantes que apresentem deficiência visual e/ou perda auditiva. Tais convênios viabilizarão a confecção e o fornecimento dos recursos ópticos e aparelhos auditivos de que os estudantes necessitem;
j. elaborar parâmetros de qualidade para as diferentes etapas da Educação de Jovens, Adultos e Idosos, observando-se as especificidades desses estudantes;
k. reelaborar as Diretrizes Curriculares com ampla participação de profissionais de educação para as diferentes etapas da Educação de Jovens, Adultos e Idosos, observando-se as especificidades desses estudantes a partir da institucionalização da EJA no Município;
l. discutir a organização e a estrutura do EJA a fim de elaborar e implementar o atendimento mais adequado às especificidades dessa modalidade de ensino: frequência regular/acelerado, reclassificação, etc.;
m. propor, em parceria com instituições públicas e privadas, sempre que possível, a oferta de curso básico de formação profissional aos jovens, adultos e idosos do Ensino Fundamental e Médio, com ajuda de custo que assegure alimentação e transporte;
n. estabelecer um sistema de avaliação coerente com a proposta educacional vigente para jovens, adultos e idosos, a cada cinco anos, dos Programas voltados para EJA, divulgando os resultados, não os vinculando ao salário dos Professores e assegurando o que está previsto no Plano plurianual do Município;
o. propor a implementação de Programas de Educação de Jovens, Adultos e Idosos dentro das instituições públicas e privadas para os trabalhadores que não possuem o Ensino Básico;
p. estabelecer Políticas Públicas de Educação de Jovens, Adultos e Idosos que promovam a ampliação dos conhecimentos, observando a diversidade cultural presente no Município, oriunda de diferentes localidades, contemplando as

diversas expressões artísticas a partir da garantia de transporte gratuito;

q. iniciar o processo de discussão, a partir do ano de 2016, com reuniões semestrais dentro do período de dois anos, do Centro de Educação para Jovens, Adultos e Idosos (CEJA), com a finalidade de ofertar o Ensino Fundamental para os munícipes jovens, adultos e idosos, em regime presencial, visando à formação de cidadãos críticos e participativos;

r. consolidar programas de formação continuada que abordem temas sobre etnia, cidadania e valores, diversidade cultural, entre outros;

s. garantir o estabelecimento de parcerias com órgãos públicos para a criação de polos em cada distrito para atendimento exclusivo de atenção à saúde dos estudantes e profissionais de educação, com atendimento psicológico, fonoaudiológico e psicopedagógico, neurológico e fisioterapêutico, oftalmológico e odontológico dessa modalidade;

t. garantir parcerias com secretarias e instituições a fim de implementar programas de ouvidoria em saúde do trabalhador para todos os profissionais de educação;

u. garantir o direito, desde o início do ano letivo, ao passe livre nos transportes municipais e intermunicipais para os estudantes da rede pública de ensino de Duque de Caxias, intervindo de maneira mais efetiva no cumprimento da lei;

v. garantir um quantitativo máximo de estudantes por turma que possibilite um aprendizado efetivo, levando em consideração a necessidade de acompanhamento enfrentada por esse segmento, seguindo a tabela abaixo:

uantitativo máximo: 1° segmento	é 20 estudantes
uantitativo máximo: 2° segmento	é 25 estudantes

Tabela – EJA: quantitativo máximo de estudantes por turma. Dados 2011.

w. partir da vigência deste Plano, respeitando padrões de qualidade para o atendimento da EJA e, em vista de garantir o cumprimento do disposto no item b deste artigo, reduzir o numero mínimo de estudantes para 10 (Dez) estudantes por turma;

x. a extinção de turmas que não alcancem o quantitativo mínimo de estudantes estará vinculada à realização de um processo prévio de avaliação que conte com a participação da equipe pedagógica da U.E., com o intuito de construir estratégias para minimizar os danos pedagógicos sofridos pelos estudantes envolvidos.

15.2.6 EDUCAÇÃO ESPECIAL

olas Municipais	Qtd		%
n		2	67,88
o		3	32,12
tal		5	100,00
olas Estaduais	Qtd		%
n		9	34,55
o		6	65,45
tal		5	100,00
olas Privadas	Qtd		%
n		1	42,31
o		5	57,69
tal		6	100,00
natório Geral	Qtd		%
n		2	57,72
o		4	42,28
tal		6	100,00

*Tabela – Atendimento a educandos com necessidades educacionais especiais**
**Possuem deficiência intelectual/mental, física, visual, auditiva, múltipla, com transtornos globais de desenvolvimento e os educandos com altas habilidades/ superdotação. – definições baseadas nos Decretos 3298 de 1999, Decreto 5296 de 2004 e Decreto 5626 de 2005).Dados/2011.*

dantes com deficiência visual (CEGOS) atendidos na Escola/instituição ...	olas Municip	olas Estadua	olas Privad	ituições de Ensino	atório Geral
a Educação Infantil					1
os Anos Iniciais do Ensino Fundamental	23				23
os Anos Finais do Ensino Fundamental					3
o Ensino Médio					0
Subtotal 1	25				27
dantes com deficiência visual (VISÃOSUB-NORMAL) ndidos na Escola/instituição...	olas Municip	olas Estadua	olas Privad	ituições de Ensino	atório Geral
a Educação Infantil					7
os Anos Iniciais do Ensino Fundamental	74				87
os Anos Finais do Ensino Fundamental					55
o Ensino Médio					9
Subtotal 2	86				158

Tabela – Estudantes com necessidades especiais – Deficiência Visua – Dados 2011

dantes com deficiência auditiva (HIPO-ACUSIA) atendidos pela escola/instituição...	olas Municip	olas Estadua	olas Privad	ituições de Ensino	atório Geral
a Educação Infantil					6
os Anos Iniciais do Ensino Fundamental	93				98
os Anos Finais do Ensino Fundamental	43				55
o Ensino Médio					9
Subtotal 3	141				166

dantes com deficiência auditiva (SURDEZ PROFUNDA) atendidos pela escola/instituição...	olas Municip	olas Estadua	olas Privad	ituições de Ensino	atório Geral
a Educação Infantil					0
os Anos Iniciais do Ensino Fundamental	57				58
os Anos Finais do Ensino Fundamental	26				34
o Ensino Médio					1
Subtotal 4	86				10

Tabela – Estudantes com necessidades especiais – Deficiência Auditiva– Dados 2011.

udantes com deficiência física atendidos na escola/instituição...	olas Municip	olas Estadua	olas Privad	ituições de Ensino	atório Geral
a Educação Infantil	29				31
os Anos Iniciais do Ensino Fundamental	144				157
os Anos Finais do Ensino Fundamental	19				31
o Ensino Médio					6
Subtotal 5	192				225

Tabela – Estudantes com necessidades especiais – Deficiência Física– Dados 2011.

udantes com deficiência intelectual / mental atendidos na escola/instituição...	olas Municip	olas Estadua	olas Privad	ituições de Ensino	atório Geral
a Educação Infantil	28				31
os Anos Iniciais do Ensino Fundamental	953				1012
os Anos Finais do Ensino Fundamental	37	213			252
o Ensino Médio					40
Subtotal 6	1018	307			1335

Tabela – Estudantes com necessidades especiais – Deficiência Intelectual/Mental– Dados 2011.

udantes com altas habilidades (superdotados) atendidos na escola/instituição...	olas Municip	olas Estadua	olas Privad	ituições de Ensino	atório Geral
a Educação Infantil					2
os Anos Iniciais do Ensino Fundamental	34				34
os Anos Finais do Ensino Fundamental					11
o Ensino Médio					6
Subtotal 7	41				53

Tabela – Estudantes com necessidades especiais – Altas Habilidades– Dados 2011.

udantes com transtornos globais do desenvolvimento atendidos na escola/instituição...	olas Municip	olas Estadua	olas Privad	ituições de Ensino	atório Geral
a Educação Infantil	16				17
os Anos Iniciais do Ensino Fundamental	238				275
os Anos Finais do Ensino Fundamental	16				53
o Ensino Médio					10
Subtotal 8	270				355

Tabela – Estudantes com necessidades especiais – Transtornos Globais do Desenvolvimento – Dados 2011.

ndantes com deficiência múltipla atendidos na escola/instituição...	olas Municip	olas Estadu	olas Privad	ituições de Ensino	atório Geral
a Educação Infantil	22				27
os Anos Iniciais do Ensino Fundamental	208				216
os Anos Finais do Ensino Fundamental					6
o Ensino Médio					0
Subtotal 9	235				249

Tabela – Estudantes com necessidades especiais – Deficiência Múltipla– Dados 2011.

al de educandos atendidos...	olas Municipa	Escolas Estadua	olas Privad	ituições de Ensino	atório Geral
a Educação Infantil	112				126
os Anos Iniciais do Ensino Fundamental	1824	103			1960
os Anos Finais do Ensino Fundamental	158	325			498
o Ensino Médio	0				94
	2094	519			2678

Tabela – Estudantes com necessidades especiais – Números Totais– Dados 2011.

ıcandos incluídos em classes comuns...	blas Municipa	Escolas Estadua	blas Privad	ituições de Ensino	atório Geral
a Educação Infantil	57				66
os Anos Iniciais do Ensino Fundamental	636				690
os Anos Finais do Ensino Fundamental	104				192
o Ensino Médio	0				9
al de educandos atendidos em classes comuns	797	106			957

Tabela – Estudantes com necessidades especiais – Recorte dos educandos incluídos em classes comuns. – Dados 2011.

Como essas informações podem contribuir no enfrentamento dessa realidade e na elaboração de metas do PME de Duque de Caxias? As informações, ainda que parciais, permitem mapear as ações dos próximos anos articuladas com as necessidades das Unidades Escolares de nosso Município. Diante dessas deficiências, os profissionais que lidam com estudantes deficientes têm formação suficiente para garantir o desenvolvimento da criança e do jovem? Têm suporte da Secretaria de Educação? Onde/Como foi adquirida essa formação? As famílias dos estudantes inclusos têm garantia de suporte eficaz da área da saúde? São questões centrais para se garantir a inclusão Escolar das crianças e dos jovens na cidade de Duque de Caxias.

Com relação à acessibilidade de pessoas com deficiência, sua escola possui:		Escolas Municipais			Escolas Estaduais			Escolas Privadas			Somatório Geral		
		Sim	Não	Total	Sim	Não	Total	Sim	Não	Total	Sim	Não	Total
Mobiliário Adaptado	Qtd	5	160	165	2	53	55	4	22	26	11	235	246
	%	3,03	96,97	100	3,64	96,36	100	15,38	84,62	100	4,47	95,53	100
Sanitários Adaptados	Qtd	42	123	165	23	32	55	4	22	26	69	177	246
	%	25,45	74,55	100	41,82	58,18	100	15,38	84,62	100	28,05	71,95	100
Corrimão	Qtd	25	140	165	17	38	55	18	8	26	60	186	246
	%	15,15	84,85	100	30,91	69,09	100	69,23	30,77	100	24,39	75,61	100
Sinalização Sonora	Qtd	2	163	165	1	54	55	1	25	26	4	242	246
	%	1,21	98,79	100	1,82	98,18	100	3,85	96,15	100	1,63	98,37	100
Rampas de Acesso	Qtd	63	102	165	27	28	55	17	9	26	107	139	246
	%	38,18	61,82	100	49,09	50,91	100	65,38	34,62	100	43,50	56,50	100
Salas adaptadas (portas mais largas para cadeirantes, etc.)	Qtd	35	130	165	21	34	55	4	22	26	60	186	246
	%	21,21	78,79	100	38,18	61,82	100	15,38	84,62	100	24,39	75,61	100
Pisos antiderrapantes	Qtd	20	145	165	11	44	55	14	12	26	45	201	246
	%	12,12	87,88	100	20,00	80,00	100	53,85	46,15	100	18,29	81,71	100
Pisos adaptados para deficientes visuais	Qtd	0	165	165	0	55	55	0	26	26	0	246	246
	%	0,00	100	100	0,00	100	100	0,00	100	100	0,00	100	100
Intérprete de Libras	Qtd	5	160	165	6	49	55	1	25	26	12	234	246
	%	3,03	96,97	100	10,91	89,09	100	3,85	96,15	100	4,88	95,12	100
Computadores Adaptados	Qtd	3	162	165	1	54	55	0	26	26	4	242	246
	%	1,82	98,18	100	1,82	98,18	100	0,00	100	100	1,63	98,37	100
Não possui nenhuma das opções acima	Qtd	82	83	165	17	38	55	3	23	26	102	144	246
	%	49,70	50,30	100	30,91	69,09	100	11,54	88,46	100	41,46	58,54	100

Tabela – Condições à acessibilidade de pessoas com deficiência nas Escolas de Duque de Caxias Dados 2011.

Cabe destacar que a tabela 27 remete ao conceito de acessibilidade que não se restringe ao aspecto arquitetônico e/ou instrumentos adaptados, mas que consiste em garantir o máximo de condições físicas e humanas para possibilitar a inclusão.

Diagnóstico

A Educação Especial foi implantada, no Município de Duque de Caxias, em 1979, como um desdobramento do serviço de Orientação Educacional, para dar conta do grande número de estudantes com mais de três anos de repetência nos anos iniciais. Foram implantadas classes especiais em Unidades da rede para estudantes com deficiência mental (terminologia utilizada naquela época) e estudantes com deficiência auditiva. Vale ressaltar que o Município de Duque de Caxias foi um dos primeiros a implantar este serviço, quatro anos após o Ministério de Educação ter implantado o Centro Nacional de Educação Especial.

Em 1989, o sistema educacional do Município passou por uma transformação teórica que repercutiu de forma contundente na práxis pedagógica adotada até então. Naquela época, os estudos do Construtivismo e do Sociointeracionismo permitiam análises críticas em relação à questões como fracasso Escolar e estudantes indicados para a Educação Especial. As pesquisas de Schneider (1974), Paschoalick (1981), Yamamoto (1990) foram decisivas para a emergência da necessidade de se estabelecer uma revisão da rede. Esses estudos apontavam para a necessidade de os sistemas de ensino reverem a situação das equipes de Educação Especial, que muitas vezes serviam para classificar, rotular e estigmatizar estudantes que fracassavam nas séries iniciais devido ao próprio fracasso do sistema.

A rede Municipal possui atendimento educacional em alguma modalidade de suporte da Educação Especial (Sala de Recursos ou Classes Especiais), oferecido nos quatro distritos. Dados relacionados ao Programa BPC (Benefício Prestação Continuada) na Escola (2008) revelavam a existência de 1.131 (Hum mil, cento e trinta e um(munícipes com deficiência e carência social associada, dos quais somente 268 (Duzentos e sessenta e oito) encontravam-se recebendo algum atendimento educacional na rede, o que revelava um déficit de quase mil vagas necessárias para atendimento a essa parcela de estudantes.

Houve recentemente a ampliação significativa dos espaços destinados a educandos com necessidades educacionais especiais, que soma aproximadamente 1.675 (Hum mil, seiscentos e setenta e cinco) estudantes. Até o mês de maio de 2010, contabilizam-se 92 (Noventa) salas de recursos, 73 (Setenta e três) classes especiais para estudantes com deficiência intelectual/mental, 11 (Onze) classes especiais para estudantes com transtornos globais do desenvolvimento, 2 (Duas) classes especiais para estudantes com deficiência

visual e 12 (Doze) classes de educação de surdos.

Regulamentar as parcerias que já foram iniciadas, entre as quais se destacam: Hospital Infantil Ismélia da Silveira, Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil, Centro de Atenção à Pessoa com Deficiência, Coordenadoria de Atendimento à Pessoa com Deficiência, Programa de Atendimento Desportivo, Conselhos de Direitos e Conselho Tutelar. Faz-se urgente e necessário, no entanto, que tais parcerias assegurem, de fato, o atendimento que lhes cabe oferecer, de forma mais ampla e sistemática.

Destacam-se, também, as parcerias com a Pestalozzi de Niterói (Pendotiba), que já beneficiaram inúmeros estudantes com a concessão de próteses e órteses, com o Núcleo Pró-Acesso da Universidade Federal do Rio de Janeiro, por meio de palestras e orientações acerca das adequações físicas, com a Escola de Inclusão da UFF, no suporte ao Programa de altas habilidades/superdotação, com o Núcleo de Educação Inclusiva da UERJ, em parcerias como atendimento pedagógico hospitalar e oficinas de acessibilidade ao currículo, e a parceria com a Secretaria Nacional de Educação Especial, que trouxe para o Município, a partir de 2009, 25 (Vinte e cinco) salas de recursos multifuncionais e cursos de atualização e pós-graduação na modalidade a distância em parceria para a UAB, beneficiando os Professores do atendimento educacional especializado. Ressaltamos, entretanto, que tais parcerias não devem substituir a ação e responsabilidade do Poder Público Municipal, devendo, assim, se apresentar como medidas complementares.

Diretrizes

A Educação Especial fundamenta-se em legislações Nacionais, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (nº: 9.394/96), o Plano Nacional de Educação - PNE (Lei nº: 13.005/14), o Plano Nacional de Educação – PNE, em Direitos Humanos, o Decreto nº: 3.298/99, que trata da política de integração da pessoa portadora de deficiência, o Decreto nº: 5.296/04, que define a política de acessibilidade, o Decreto nº: 6.571/08, que reestrutura a Educação Especial e os recursos do FUNDEB, bem como a Resolução 4 de 2009 do Conselho Nacional de Educação, que institui diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Destaca-se, também, o fato de o governo Brasileiro ter sido signatário da Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, que reafirma os princípios da educação inclusiva, contidos na Declaração de Salamanca, de 1994, e no Pacto de Educação

para Todos, de 1990.

A Secretaria Municipal de Educação estrutura-se com os seguintes serviços e Programas de apoio à inclusão de educandos com necessidades educacionais especiais:

a. Apoio administrativo;
b. Programa de sala de recursos;
c. Programa de deficiência intelectual/mental;
d. Programa de educação de surdos;
e. Programa de autismo e demais transtornos globais do desenvolvimento;
f. Programa de deficiência visual;
g. Programa de deficiência física, múltiplas e tecnologias assistivas;
h. Programa de altas habilidades/superdotação;
i. Programa de classe hospitalar;
j. Programa de Educação Especial na Educação Infantil;

Os integrantes dos Programas supracitados, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, respondem pelo processo de avaliação e direcionamento dos estudantes para as modalidades de atendimento em parceria com as equipes técnicas das Unidades Escolares, promovem ciclos de encontro com os profissionais das Escolas, planejam e executam as formações continuadas, realizam visitas às Unidades Escolares para avaliação e formação nos grupos de estudos.

Metas

A meta central para a gestão da Educação Especial é proporcionar acessibilidade e permanência como princípio e prática para redução das barreiras físicas, comunicacionais e atitudinais em relação aos estudantes com necessidades educacionais especiais, em um prazo de quatro anos, dando subsídios para que a Escola possa, de fato, estar garantindo esse acesso, garantindo a viabilização de recursos financeiros suficientes para o alcance dessas metas.

Dessa meta, desdobram-se outras:

a. Garantir a ampliação e aperfeiçoamento do processo de formação continuada, dentro do horário de trabalho, dos Professores de atendimento especializado e os de classes de ensino regular, bem como Estimuladores materno infantis e cuidadores, garantindo aos profissionais de educação que não atuam na educação especial e que desejarem, acesso a essa Formação;
b. realização de concurso, a partir de 2016, na rede pública (cuidadores, monitor na educação de surdos, assistentes de instrutor de libras, intérpretes de libras, especialistas em Braille), e garantia de contratação desses profissionais nos estabelecimentos da rede privada;
c. estabelecer e implementar mecanismos de entrosamento com os demais setores da SME; de forma a garantir unicidade nas ações previstas para a gestão da educação especial, a partir de 2015, possibilitando também a ampliação do vínculo entre a CEE/SME e o aluno;
d. garantir espaços de discussão e debate com profissionais da educação acerca do fortalecimento do modelo de implementação da educação especial da Rede Municipal de Ensino;
e. implementar processo de entrosamento permanente da SME com as creches e Escolas e garantir a participação dos Professores nesse processo.
f. manter as classes atualmente denominadas como "oficinas pedagógicas" e complementar também com oficinas e classes especiais de jovens, adultos e idosos;
g. ampliar gradativamente, de acordo com as necessidades e possibilidades de cada aluno, a carga horária dos estudantes atendidos em classes denominadas "horário reduzido", além de garantir a autonomia da Unidade Escolar no sentido de planejar, organizar e executar essa ampliação de carga horária, sendo asseguradas condições estruturais e humanas para essa ampliação;
h. tornar obrigatória a modalidade de sala de recursos em cada creche e CCAIC ou Escola da rede pública, em quantos turnos houver demanda equipada com material necessário, oferecendo recursos mobiliários, pedagógicos, comunicação alternativa e recursos que favoreçam a utilização (tecnologia assistiva) e profissional especializado para o pleno atendimento aos educandos até o ano de 2016 com regulamentação para terminalidade.

i. garantir, por meio do oferecimento de vagas nas Unidades de Ensino Públicas, o ingresso à Educação Infantil, a partir de quatro meses, às crianças com necessidades educacionais especiais, sendo garantidas pelo poder público condições estruturais às Unidades Escolares para a efetivação de tal prática;

j. garantir suporte psicossocial a fim de que, em conjunto com a Unidade Escolar, sensibilizando e envolvendo as famílias dos estudantes com necessidades especiais em todo o processo decisório de sua vida Escolar, com apoio de equipe multidisciplinar extensiva às famílias;

k. A Secretaria de Educação deverá estabelecer parcerias com outras Secretarias da Prefeitura e instituições públicas a partir da criação de Centros Multieducacionais, até 2016 para atender exclusivamente aos estudantes da rede pública e sua família, com serviços de psicologia, fonoaudiologia, terapia ocupacional, assistência social, fisioterapia, em quantidade de quatro por distrito e que seja organizado conforme o número de Escolas e população de cada localidade garantindo o mínimo de três profissionais de cada serviço;

l. estimular a participação da Sociedade Civil e do Poder Público na estrutura de Conselhos de Direito da Pessoa com Deficiência e ampliar a divulgação do mesmo;

m. buscar recursos na Secretaria Nacional de Educação Especial, por meio da Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE - e agências de fomento, no sentido de garantir formas de colaboração entre os sistemas Municipal, Estadual e Federal de ensino e mapear o público de AEE;

n. promover, tendo a Secretaria Municipal de Educação como articuladora, parcerias técnicas com Universidades e Centros de Estudo, para propiciar uma formação mais sólida, articulando teoria e prática;

o. garantir e implementar imediatamente, de forma permanente e articulado com as Unidades locais, curso de formação para Professores de Atendimento Educacional Especializado- AEE, de salas de recursos, Professores de ensino regular e outras modalidades de suporte à Educação Inclusiva, para todos os profissionais envolvidos no processo educacional, dentro do horário de trabalho, oferecendo aos alunos outras atividades pedagógicas, garantindo o dia letivo e oferecer inclusive para inspetores, merendeiras, zeladores e porteiros.

p. Oferecer, semestralmente, curso permanente de gestão para Educação Inclusiva de educandos com necessidades educacionais especiais (oferecido de forma aberta e permanente a gestores e equipe técnica, incluindo inspetores, merendeiras, zeladores e porteiros).

q. oferecer efetivamente, a partir de 2015, dentro do horário de trabalho, Curso de Libras para profissionais de educação que atuam diretamente com estudantes surdos, familiares, comunidade e outros profissionais interessados, bem como oferecer Curso de Braille e Sorobã para profissionais de educação que atuam com estudantes cegos. Tais cursos devem ser amplamente divulgados, e oferecidos inclusive para inspetores, merendeiras, zeladores e porteiros.

r. implantar, em parceria com a saúde pública, nos dois primeiros anos de vigência deste PME, polos/centros descentralizados de atendimento especializado (fonoaudiólogos, psicólogos, fisioterapeutas, neurologistas, oftalmologistas, odontológico, entre outros profissionais) para viabilizar o atendimento aos estudantes e sua família em cada distrito até 2017;

s. ampliar, a partir da homologação deste plano, a modalidade de Professor itinerante. A partir de 2015, a modalidade de Professor auxiliar permanente. Para apoio a Professores que recebem estudantes com necessidades especiais nas classes regulares, sendo este concursado e com formação específica em educação especial, esclarecendo e /ou estabelecendo parâmetros para a atuação dessa modalidade "Professor itinerante";

t. sistematizar a modalidade de classe hospitalar no Hospital Infantil Ismélia da Silveira e implantá-la nos demais hospitais da rede pública, com profissionais de educação concursados, especializados para essa função. Fiscalizar o atendimento também à rede hospitalar privada com profissionais contratados pela instituição mantenedora a partir de 2017;

u. garantir, a partir da aprovação do Plano, a contratação de profissionais, por concurso público, para criação de quadros de apoio à Educação Especial, como instrutor e intérprete de Libras e monitores de Libras (para as turmas com estudantes surdos) e cuidadores (para turmas com estudantes que necessitem de apoios mais intensos nas atividades de vida diária;

v. iniciar a implantação de Núcleos de Desenvolvimento de Potencialidades, no primeiro ano de vigência deste Plano;

w. implementar, a partir de 2015, nas redes pública e cobrar da rede privada, os serviços de apoio de tecnologia assistida, garantindo a formação do educador para produzir, avaliar e/ou adquirir materiais e equipamentos necessários ao processo de inclusão, tanto relativo ao material pessoal do aluno, como de uso coletivo (instrumentos musicais, bolas adaptadas, livros falados, digitalizados, material em Braille, pranchas de comunicação, adaptações para acesso ao computador, *softwares* ledores de tela e para produção de material, cadeiras adaptadas, carteiras adaptadas, computadores, scanner, impressora Braille, máquina Perkins, lupas, bengalas e demais facilitadores de comunicação e vida diária destes educandos) até 2017;

x. efetivar o processo de transformação da Escola Municipal Regina Celi Cerdeira em Centro de Referência de Metodologias Inovadoras de Práticas Pedagógicas Inclusivas, respeitando o processo de consulta a esta UE ampliando a efetivação de Centros de Referências aos demais distritos, sendo uma Unidade por distrito, em prazo máximo de dois anos, após a efetivação deste Plano;

y. garantir que cada Unidade Escolar implemente Sala de AEE (Atendimento Educacional Especializado) para atendimento educacional especializado a partir de 2015;

z. garantir, nas redes públicas estadual, federal e na rede privada, a profissionalização, estágio e inserção, no mercado de trabalho, de jovens, adultos e idosos com necessidades educacionais especiais, assumindo parcerias e encaminhamentos às empresas locais;

aa. garantir, nos regimentos Escolares, critérios de avaliação diferenciados para os estudantes com necessidades educacionais especiais, garantindo o direito à continuidade de sua vida Escolar;

bb. garantir a utilização dos recursos específicos, inclusive transporte, para esse fim, advindos do FUNDEB, para ações ligadas ao atendimento educacional especializado e garantir a utilização dos recursos, contudo não associá-los apenas ao FUNDEB;

cc. ampliar o atendimento da sala AEE (Atendimento Educacional Especializado) para a Educação de Jovens, Adultos e Idosos;

cc. implantação de núcleos de educação inclusiva em todas as Instituições de Ensino Superior públicas e privadas;

dd. fortalecer o processo de inclusão, garantindo que as ações propostas tenham

continuidade no segundo segmento do Ensino Fundamental e nos demais segmentos da educação nas redes públicas e privadas.

15.3 Democratização do acesso e permanência nas diferentes modalidades e diversidades: transversalizando a educação

15.3.1 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Para contemplar a modalidade da educação profissional no Plano Municipal de Duque de Caxias, deve-se destacar a área trabalho e educação considerando a formação do jovem e do adulto para a qualificação profissional, articulando a formação específica com a formação geral, a teoria com a prática, a formação regular inicial com as diversas formas dessa formação.

Constam na Lei de Diretrizes e Bases (9394/96) que *"a educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia"* (art. 39) e que *"a educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho"* (art. 40).

As passagens acima reforçam, do ponto de vista legal, a urgência de superação da concepção de educação profissional voltada para os interesses exclusivos do mercado de trabalho e separada da formação geral e teórica.

A Lei 11741/2008 ratifica essa concepção de integração a partir da sua finalidade, que é redimensionar e integrar as ações da educação profissional técnica de Ensino Médio, a Educação de Jovens, Adultos e Idosos e a educação profissional tecnológica.

Na relação trabalho e educação, deve-se ter por base o processo de humanização e, portanto, deve-se *"superar a redução da preparação para o trabalho ao seu aspecto operacional, simplificado, escoimado dos conhecimentos que estão na sua gênese científico-tecnológica e na sua apropriação histórico-social"* (MEC, 2007, p. 41). Cabe inserir, na agenda dos próximos dez anos de planejamento da educação profissional nesta cidade, a concepção *"do trabalho como princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho manual/trabalho intelectual, de incorporar a dimensão intelectual do trabalho ao trabalho produtivo, de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e*

cidadãos" (MEC, 2007, p. 41).

Mas o que significa, na realidade educacional da Escola básica e da educação profissional, o trabalho como princípio educativo?

> *Compreender a relação indissociável entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura significa compreender o trabalho como princípio educativo, o que não significa „aprender fazendo", nem é sinônimo de formar para o exercício do trabalho. Considerar o trabalho como princípio educativo equivale dizer que o ser humano é produtor de sua realidade e, por isso, se apropria dela e pode transformá-la. (MEC, 2007, p.45).*

Essa concepção remete à questão da politecnia, que pressupõe a transmissão dos "princípios gerais e de caráter científico de todo o processo de produção, além da iniciação no manejo de ferramentas elementares das diversas profissões" (Machado, 1988, p. 88-89). A perspectiva da politecnia permite alcançar três objetivos essenciais. São eles: "intensificação da produção social, a produção de homens plenamente desenvolvidos e a obtenção de poderosos meios de transformação da sociedade capitalista" (Machado, 1988, p.88 e 89)

Considerar a proposta da educação profissional articulada à Educação Básica exige a discussão e a compreensão de dois conceitos básicos: educação como princípio educativo e educação politécnica. Esses devem ser debatidos com a finalidade de fazer o contraponto à adoção acrítica do conceito de competências enquanto diretriz pedagógica da política educacional vigente.

A oferta da educação profissional em Duque de Caxias: informações iniciais

O poder público (Municipal e/ou Estadual) não tem oferecido muitas opções de ações na modalidade da educação profissional. Tudo indica que elas ocorrem a partir de programas federais, da iniciativa privada ou do terceiro setor. No entanto, um dos desafios desse PME é traçar metas para realizar o diagnóstico da educação profissional na cidade de Duque de Caxias. A seguir, apresentaremos os cursos oferecidos no âmbito estadual e federal.

Cursos Técnicos da rede estadual de educação

O Curso Técnico em Metrologia funciona no Colégio Estadual Círculo Operário, em parceria com o INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial). O curso tem 87 estudantes matriculados no ano de 2010.

O Curso Técnico em Contabilidade, ministrado no Colégio Estadual Fernando Figueiredo, apresenta uma grande procura – 50 estudantes.

O Curso de Formação de Professores (antigo Curso Normal) é oferecido a 2.387 estudantes matriculados, distribuídos em cinco Unidades Escolares: a) Colégio Estadual

Alexander Graham Bell – Jardim Primavera; b) Colégio Estadual Barão de Mauá -Xerém; c) Colégio Estadual Dr. Alfredo Backer – Vila Ema; d) Colégio Estadual

Fernando Figueiredo – Parada Angélica/Imbariê; e) Instituto de Educação Governador Roberto Silveira – Vinte e Cinco de Agosto/Centro.

A Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC), vinculada à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia (SECT), oferece educação profissional gratuita, em diversos níveis de ensino, à população do Estado do Rio de Janeiro. Criada em 10 de junho de 1997, a Fundação reúne Escolas técnicas estaduais, Unidades de Educação Infantil, Ensino Fundamental, industrial e comercial, Institutos Superiores de Educação e Tecnologia e Centros de Educação Tecnológica e Profissionalizante. A FAETEC possui Unidades da CETEP (Centro de Educação Tecnológica e Profissionalizante) no centro de Duque de Caxias, em Imbariê e em Xerém.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro - campus Duque de Caxias, está situado no bairro do Sarapuí com oferta de cursos integrados ao Ensino Médio: manutenção e suporte em informática; petróleo e gás; polímeros; cursos concomitantes/subsequentes ao Ensino Médio: petróleo e gás; polímeros e segurança do trabalho e curso superior de graduação: licenciatura em química.

Iniciativa Privada e Terceiro Setor

A dimensão real do quantitativo e da atuação da iniciativa privada e do terceiro setor na educação profissional de Duque de Caxias deve ser sistematizada, pois não há dados suficientes que permitam compreender a qualidade da oferta, seu conteúdo pedagógico e sua relação com as demandas da cidade. Essa ausência de dados organizados configura-se um

dos desafios deste PME, especialmente porque é um dos aspectos centrais para subsidiar uma política pública para essa modalidade.

Importa frisar que a FUNDEC - Fundação para o Desenvolvimento Tecnológico e Social de Duque de Caxias - não é uma referência de oferta de educação profissional no Município; portanto, não deve ser destinada verba da educação para tal instituição.

Diretrizes

a. implementar Políticas Públicas que possibilitem a educação profissional articulada à Educação Básica e em regime de colaboração (Federal, Estadual e Municipal);
b. articular a educação profissional com a Educação Básica significa que se deve *"integrar o Ensino Médio e a educação profissional, garantindo-se uma base unitária de formação geral, gerar possibilidades de formações específicas"* (MEC, 2007, p.47);
c. considerar o trabalho como princípio educativo como um referencial para a implementação da proposta pedagógica institucional, o que *"equivale dizer que o ser humano é produtor de sua realidade, por isso, se apropria dela e pode transformá-la"* (MEC, 2007, p. 45) [...] *"no sentido de superar a dicotomia do trabalho manual/trabalho intelectual, de incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos"* (MEC, 2007, p. 41);
d. a educação profissional não deve estar reduzida ao saber prático nem aos interesses e demandas do mercado de trabalho. Dessa forma, essa formação deve garantir o compromisso ético e cidadão do profissional;
e. o PME deverá dar especial atenção à vocação produtiva do Município quando da formulação do Projeto Político Pedagógico na educação profissional.

Metas

a. realizar, no prazo de 2 anos, Censo para sistematizar um diagnóstico das demandas e das ofertas da educação profissional na cidade de Duque de Caxias na esfera pública, na privada e no terceiro setor;

b. expandir a oferta de educação profissional pública a partir da articulação, por meio do regime de colaboração entre os governos Federal, Estadual e Municipal;
c. organizar um fórum de debates sobre educação profissional, até 2016, com a finalidade de implementar Políticas Públicas e debater as concepções teóricas em diálogo com o trabalho como princípio educativo, politecnia e Escola básica de formação unitária;
d. garantir, na formação de Professores da educação profissional, instrumentais teórico-didáticos para a implementação da articulação entre educação específica e Educação Básica;
e. o poder público deve garantir o financiamento da educação profissional apenas para as instituições públicas;
f. os entes públicos, por meio do regime de colaboração, deverão criar, num prazo de três anos, um cronograma para garantir a melhoria das condições de oferta da educação profissional, considerando: investimentos em infraestrutura, formação de Professores, melhoria salarial e concurso público;
g. é fundamental para a formação completa nessa modalidade oferecer efetivos suportes técnico e pedagógico: aulas de recuperação, apoio à aprendizagem e classes de aperfeiçoamento, Grupo de Estudo, entre outros;
h. ampliação do número de Unidades da CETEP (Centro de Educação Tecnológica e Profissional), nos quatro distritos, tendo em vista o número da população de Duque de Caxias.

15.3.2 EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA E A DISTÂNCIA

Tecnologias na Educação

Uma educação em movimento atrai, para as suas articulações, novos conceitos e estruturas, que ampliam seu potencial para uma formação cidadã. Daí utilizar os recursos da tecnologia como meras ferramentas educacionais é desvalorizar o que a própria educação conceituou. Quando a tecnologia recebe a conotação de educacional, refere-se a *"todas as ferramentas intelectuais, organizadoras e de instrumentos à disposição de ou criados pelos diferentes entes envolvidos no planejamento, na prática e na avaliação do ensino."* (Sancho, 1999, p. 17).

Nesse sentido, à medida que surgem novas tecnologias de informação e de comunicação, as possibilidades de se ler e agir no mundo se torna cada vez mais complexas, tornando imprescindível a atualização e o aprofundamento constantes para que o uso dos espaços tecnológicos que estão se formando nas Escolas seja feito de maneira consciente e produtiva em termos de construção de conhecimento e desenvolvimento humano.

Este é o caminhar que visa a promover a inclusão digital, transformando o espaço Escolar, possibilitando ao educador interagir de forma significativa com essa nova geração de estudantes, que já nasceram mergulhados numa lógica diferente, a do pensamento digital. Com isso, buscamos ampliar as possibilidades de uma construção significativa do conhecimento, considerando, para tal, soluções propostas por meio das inúmeras tecnologias que possam auxiliar a prática pedagógica e despertar nos Professores que ainda oferecem resistência ao uso das tecnologias um novo olhar, trabalhando para quebrar as barreiras existentes para formar plenamente cidadãos capazes de atuar conscientemente na sociedade do conhecimento.

Nossa meta é que todas as Escolas do Município possuam salas de informática educativa equipadas, até 2016, e ambiente de comunicação sem fio em todo o seu perímetro, contando, além disso, com a presença fundamental dos Professores mediadores de Tecnologia Educacional. Nesse contexto, os Professores mediadores buscarão direcionar o uso das tecnologias no ambiente Escolar para que ocorra a construção de conhecimento e não mera utilização de ferramentas tecnológicas. Esse trabalho deve acontecer de forma interdisciplinar com os Professores regentes para atender os estudantes.

Metas

a. possibilitar, por meio da tecnologia, novas formas de aprendizagem que contribuam para a melhoria do desempenho Escolar;
b. pesquisar, desenvolver e utilizar *softwares* pedagógicos em parceria com os Professores regentes com a finalidade de construir e ampliar os conhecimentos sobre determinados conteúdos;
c. despertar a atenção dos estudantes para as ações propostas na sala de informática educativa e na sala de aula;
d. incentivar a busca pelo conhecimento;

e. favorecer a mudança de atitude, estimulando o companheirismo na realização das atividades propostas e possibilitando a socialização dos equipamentos tecnológicos, por meio da cooperação e autonomia;

f. contribuir para a familiarização e o acesso dos educadores e educandos em relação aos novos meios tecnológicos;

g. estimular a concepção de novos valores e de um pensamento crítico sobre o uso das tecnologias e de suas contribuições para o desenvolvimento da sociedade;

h. oportunizar a presença do Professor mediador de Tecnologia Educacional como figura elo entre as novas tecnologias e o seu uso pedagógico, bem como assistência técnica permanente, em todas as salas de informática;

i. propiciar a interação entre os Professores mediadores de Tecnologia Educacional, estimulando a troca de experiências em encontros mensais;

j. manter o Núcleo de Tecnologia Educacional Municipal (NTE-M) ativo, por meio da formação continuada dos Professores regentes, dos Professores mediadores, das equipes internas da SME e das equipes administrativas da Escola;

k. oportunizar a participação de todos os profissionais em eventos voltados, principalmente, para as áreas de Tecnologias da Informação e da Comunicação e Tecnologia Educacional (fóruns, seminários, congressos, encontros, etc.) a fim de garantir a atualização profissional de todos os educadores e técnicos, bem como divulgação e socialização de soluções e práticas desenvolvidas;

l. explorar o potencial dos recursos da educação a distância (EAD) na modalidade semipresencial no processo de formação continuada dos Professores, aprofundando, assim, simultaneamente o conteúdo específico e o conhecimento tecnológico;

m. prover, até 2016, as Escolas com pontos de acesso à internet de alta velocidade como meio de promoção da qualidade dos conteúdos ministrados e de contribuição para a formação dos educandos como pesquisadores;

n. promover a disseminação e o uso das ferramentas necessárias para adoção de formatos abertos de arquivos para a citação, armazenamento e disponibilização de qualquer conteúdo digital (textos, planilhas apresentações, desenhos vetoriais, imagens, som, vídeos e sistemas operacionais), preferencialmente por

meio de soluções baseadas em *software* livre.

> *Entende-se por formatos abertos de arquivos aqueles que: I- possibilitam a interoperabilidade entre diversos aplicativos e plataformas, internas e externas; II- permitem aplicação em quaisquer restrições ou pagamento de royalties; III- podem ser implementados plena e independentemente por múltiplas plataformas, sem quaisquer ônus relativos à propriedade relativos à propriedade intelectual para a necessária tecnologia. (Protocolo de Brasília)*

15.3.3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O cântico da terra
Eu sou a terra, eu sou a vida (...)
eu sou a grande Mãe Universal (...)
A ti, ó lavrador, tudo quanto é meu.
Teu arado, tua foice, teu machado.
O berço pequenino de teu filho.
O algodão de tua veste e o pão de tua casa...
Lavremos a gleba.
Cuidemos do ninho, do gado e da tulha.
Fartura teremos e donos de sítio felizes seremos.
(Cora Coralina)

A situação ambiental de Duque de Caxias pode ser expressa em algumas palavras, tais como: problemas ambientais, descaso do poder local e ausência de Políticas Públicas para essa questão.

Esses problemas ambientais podem ser divididos em globais, regionais e locais, porém essa divisão é mais didática do que real, pois as questões ambientais são amplas e complexas, envolvendo diferentes áreas do conhecimento.

Os problemas ambientais de influência global.

Os problemas globais que nos atingem estão relacionados às mudanças climáticas e, principalmente, ao efeito estufa. Essa questão está associada aos meios de transporte do Município, que não são planejados, e à ausência de uma política pública para a mobilidade,

o que aumenta a emissão dos gases das mudanças climáticas em nosso Município. Além dessa causa, podemos destacar as queimadas em áreas de desmatamento e os animais de criação (cavalos, bois e etc.), que liberam metano por meio de suas fezes.

Os problemas ambientais de influência regional.

O mais importante problema ambiental desse tipo são os poluentes emitidos pela refinaria de petróleo – a REDUC, bem como as empresas adjacentes, e isso é uma grande contradição para nós, pois os maiores estimuladores da economia do Município se constituem nos maiores poluidores.

Dentre os problemas ambientais de influência regional, destacamos:

1. hexaclorociclohexano;
2. o lixo jogado nos rios, lagoas, valões e canais;
3. a ocupação desordenada das áreas de proteção ambiental;
4. a grilagem de terra;
5. a exploração mineral - que polui os lençóis freáticos - e a extração de argila, que subtraem a vegetação, provocam a erosão etc.;
6. o aterro metropolitano do Jardim Gramacho;
7. a emissão de gases poluentes pelas empresas instaladas em Campos Elíseos – 2° distrito de Duque de Caxias.

Cabe lembrar que não existe atividade humana sem impacto ambiental. Dentre os problemas ambientais causados pela Refinaria, o mais significativo é a emissão de milhares de toneladas de gases para a atmosfera, saturando a bacia aérea do 2° distrito e causando doenças respiratórias e alérgicas.

Além dessa fonte fixa de emissões de gases e material particulado na atmosfera, cabe destacar a poluição gerada pelos meios de transporte coletivos e individuais (queima de óleo diesel e outros combustíveis) e o tráfego intenso nas vias de circulação. A poluição gerada diminui a qualidade do ar e, consequentemente, aumenta as internações de crianças e idosos nos hospitais de rede pública e privada da região metropolitana, tal qual a falta de saneamento básico, uma das maiores causas de insalubridade, sobretudo, nas áreas não

próximas ao centro do Município.

A Mata Atlântica, que está perdendo aproximadamente 4 m^2/dia de nossa cobertura vegetal, conta hoje com apenas 20% da vegetação original no território Municipal (SOS Mata Atlântica, 2000; CIDE, 2000). Esses dados complicam ainda mais a questão, pois pesquisas apontam que a destruição das florestas tem contribuído para o aumento da perda da biodiversidade (desaparecimento de espécies de diferentes seres vivos) do Município. Toda a área de Mata Atlântica, considerada de grande magnitude, representa um grande corredor ecológico, ligando os campos de altitude, a Floresta Atlântica de montanha (Petrópolis, Magé e Guapimirim) até as áreas de manguezais.

Também relacionado a essa destruição, temos o problema da comercialização dos animais e plantas silvestres nas feiras livres do Município e fora dele, por meio do comércio nacional e internacional ilegal de animais e plantas e da biopirataria, isto é, roubo de exemplares da biodiversidade brasileira para desenvolvimento de produtos. Esses problemas facilitam a adaptação dos vetores transmissores de doenças, comprometem as condições de urbanização das nossas cidades e tornam os moradores alvo preferencial desses transmissores.

Outro grave problema regional está relacionado à bacia hidrográfica da Baía de Guanabara, pela falta de Políticas Públicas de saneamento (os rios e a bacia se encontram em avançado estado de degradação ambiental - eutrofização, poluição por metais pesados). Além da falta de balneabilidade, esse problema pode gerar consequências gravíssimas, como a infertilidade das mulheres e homens de regiões abastecidas por água contaminada,

O grave problema das inundações também está relacionado ao desmatamento, descarte inadequado do lixo e à ocupação irregular das margens dos rios e áreas de mangue, pois as matas protegem o solo, moderando o escoamento superficial da chuva, controlando a sua infiltração e permitindo a entrada de água no subsolo mais profundo.

Os problemas ambientais de influência local

Os problemas ambientais locais estão relacionados principalmente ao ordenamento do território e da ocupação do espaço, ao uso da terra, ao gerenciamento dos resíduos sólidos e à poluição sonora.

A poluição sonora é uma das formas mais graves de poluição local, principalmente porque os problemas de saúde atrelados a ela demoram a aparecer e são de difícil solução.

Em Duque de Caxias, os incômodos acústicos resultam, sobretudo, dos ruídos provocados pelo tráfego intenso de veículos, além dos provenientes da indústria, da construção com acessibilidade civil, das obras públicas, do som das festas em clubes e ruas e do tráfego aeronáutico. Pouca coisa tem sido feita pelo poder público local e estadual para fiscalizar e coibir esse tipo de poluição.

Os problemas ambientais relacionados ao ordenamento do território, à ocupação do espaço e ao uso da terra estão diretamente ligados à demanda por novas áreas para ocupação de moradias e à ausência de projetos de moradia para populações em risco social. Daí surge a necessidade de revisão do zoneamento do Município de Duque de Caxias com a parceria com acadêmicos multidisciplinares (geógrafos, engenheiros civis, etc.) para desenvolver projetos. Para tanto, a prefeitura deve promover medidas educativas nas empresas para a manutenção dos manguezais e uma política de Leis municipais deve ser aprovada para a preservação desses ecossistemas.

A divulgação e a discussão sobre a implementação do Plano Diretor entre as instituições de ensino públicas e privadas constituem-se uma ferramenta para promoção de debate com a comunidade. A divulgação e a discussão devem ser realizadas a partir da iniciativa do poder público, por meio de palestras e oficinas nas Escolas, incluindo nessas discussões a destinação dos recursos provenientes da compensação ambiental. Tais iniciativas formam novas lideranças que contribuem para a construção de um futuro sustentável para a cidade de Duque de Caxias.

Sugerimos, também, a criação de materiais didáticos sobre educação ambiental e o seu fornecimento às Escolas, para que sejam trabalhados de maneira contínua. Quanto à reciclagem do lixo, gostaríamos de deixar clara a obrigação da participação do poder público em sua efetiva implementação, assim como na coleta seletiva do lixo.

O problema que envolve o lixo talvez seja o assunto mais abordado dentro das Unidades Escolares, mas importa frisar que outras questões ambientais devem ser debatidas para ampliar a participação de toda a comunidade educadora na resolução dos problemas ambientais de nossa cidade.

Segundo os dados do Censo 2000 (IBGE, 2003), no Brasil, 79% dos domicílios são atendidos com serviço de coleta de lixo; na área rural, esse percentual cai para 13%, ou seja, 35 milhões de pessoas estão sem coleta direta do seu lixo.

Outra questão muito importante sobre o tema está relacionada à transformação dessa atividade em mero comércio, cujo lucro está acima de tudo, e a respectiva inexistência de uma empresa do Poder Público Municipal corresponsável por essa atividade estratégica para

a população desta cidade, isto é, a defesa dos serviços públicos de saneamento como única forma de universalizar o acesso e a concepção de que a gestão integrada dos resíduos sólidos e as demais atividades ligadas ao saneamento são serviços essenciais à vida e voltados para a promoção da saúde pública (Santos et alii, 2009, p.15).

Essa lógica mercadológica atinge milhões de pessoas que estão excluídas dos benefícios dos serviços voltados para a promoção da saúde pública, isto é, as populações mais pobres, que moram em regiões distantes ou de difícil acesso, que não têm acesso à coleta de lixo, bem como a outros serviços públicos garantidos por meio da Constituição Federal de 1988 (artigos 6 e 255), da Lei Nacional do Saneamento Básico (Lei 11.445/2007), do Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001) e da Lei Nacional de Recursos Hídricos (Lei 9433/1997).

Quais devem ser as oportunidades de Educação Ambiental que se descortinam à nossa frente diante de cenário tão desolador?

As Unidades Escolares devem contribuir para a melhoria da qualidade de vida do bairro e da cidade a partir de um conhecimento mais profundo da realidade local. A partir desse conhecimento, a Escola deve promover o debate com os estudantes e com a comunidade. A maior participação da comunidade do entorno das Unidades Escolares nas atividades educativas permite a troca entre o conhecimento do senso comum e o conhecimento acadêmico.

Como construir uma Escola e um bairro sustentáveis?

Por meio da política dos 5 (Cinco) Rs. cada "R" representa uma palavra e está relacionado a diversas ações de enfrentamento das questões socioambientais que envolvem o lixo, tais como: repensar, recusar, reduzir, reutilizar e reciclar (coleta seletiva).

Repensar está relacionado a informações e conhecimentos Técnicos/Científicos atuais que nos fazem repensar nossos hábitos e construir novas competências que auxiliem na mudança da baixa qualidade de vida da maioria da população.

Recusar está relacionado ao desafio de não consumir produtos altamente impactantes ao ambiente. Cabe aí o enfrentamento a um consumismo desenfreado e predatório promovido pela lógica do capital.

Reduzir significa consumir menos produtos e preferir aqueles que ofereçam menor potencial de geração de resíduos, tenham maior durabilidade e apresentem alta eficiência energética.

Reutilizar embalagens e produtos está associado à ideia de dar uma nova utilidade a eles para aumentar sua vida útil e retardar o seu descarte. Os materiais que não tiverem

mais utilidade devem ser encaminhados para uma Cooperativa de Catadores a fim de gerar renda.

Reciclar: a coleta seletiva está associada à ideia da reciclagem, no entanto, se as embalagens (resíduo sólido reciclável) não forem separadas e limpas do resto do lixo, perdem valor de comercialização. Para que isso não ocorra é preciso atender às especificações técnicas necessárias para a atividade industrial da reciclagem.

Objetivos e Metas

a. instituir o Fórum em Duque de Caxias para a discussão da Agenda 21;
b. estabelecer um sistema de coleta seletiva, reciclagem de materiais, reaproveitamento de alimentos e estimular outras práticas sustentáveis em todas as Unidades Escolares do Município;
c. faz-se necessário o trabalho de conscientização contínua na comunidade Escolar, a fim de transformar as posturas, de modo que maximizemos os recursos naturais, possibilitando uma relação harmônica com o meio ambiente;
d. oferecer, aos profissionais de educação, cursos para a elaboração de materiais pedagógicos a partir da reciclagem;
e. divulgar a real situação ambiental em nosso Município, identificando seu maior poluidor, e as possíveis transformações necessárias à melhoria da qualidade ambiental;
f. promover debates a fim de ampliar a participação de todos os segmentos da sociedade na solução dos problemas ambientais;
g. promover encontros com profissionais da comunidade que atuem no ramo de reutilização de materiais reaproveitáveis para produção de artesanato e outros produtos que possam ser utilizados no dia a dia, propiciando um ambiente de troca de conhecimentos significativos e também de formas alternativas de sustento;
h. garantir, a partir da vigência deste Plano, a coleta seletiva do lixo em todas as Unidades Escolares do Município, contribuindo para a formação da consciência ecológica;
i. dar continuidade ao projeto da coleta de óleo usado (*Seu óleo tem destino*

certo), sempre ressaltando o impacto ambiental negativo causado pelo óleo descartado em local não apropriado;

j. construir biodigestores em, no máximo, cinco anos, a partir da vigência deste Plano, em todas as Unidades Escolares do Município de Duque de Caxias;

k. o poder público deverá fomentar, na rede Escolar, a realização de projetos de coleta de água da chuva, reuso da água e reciclagem de papel e materiais plásticos e metálicos.

Esses desafios estão associados à construção de uma nova cultura, chamada de **consumo sustentável**, isto é, à transformação de nossos hábitos em direção a escolhas e estilos de vida mais sustentáveis desde o ponto de vista econômico, social e cultural (...) a fim de não comprometer a sobrevivência das gerações futuras (IDEC, 1998, p. 45 e 12).

Considerações finais

A Constituição do Brasil (1988), em seu artigo 225, afirma que *"todos temos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações"*

Para realizarmos essa empreitada, necessitamos buscar as informações e os conhecimentos necessários que promovam a qualificação do debate ambiental em nosso Município e possibilitem, às comunidades, associação de moradores, ONGs e Unidades Escolares, conhecer melhor os problemas que afetam o cotidiano e permitir a construção de espaços democráticos de diálogo e de busca de soluções socioambientais coletivas.

15.3.4 QUILOMBOLA/ AFRICANIDADE/ ETNIA/ INDÍGENA

Nos últimos anos, em especial a partir da Conferência Mundial contra o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerâncias correlatas, realizada em Durban, África do Sul, em 2001, observa-se um avanço das discussões acerca da dinâmica das relações raciais no Brasil, em especial, das diversas formas de discriminação racial vivenciadas pela população negra.

A Educação Básica ainda é profundamente marcada pela desigualdade no quesito

qualidade e é possível constatar que o direito de aprender ainda não está garantido para todas as nossas crianças, adolescentes, jovens e mesmo para os adultos que retomaram aos bancos Escolares. Uma das mais importantes marcas dessa desigualdade está expressa no aspecto racial e social.

A Lei 10.639/03, de 9 de janeiro de 2003, um marco histórico, vem corroborar o art. 26 da Lei nº: 9.394/96 – LDB, ao simbolizar, simultaneamente, um ponto de chegada das lutas antirracistas no Brasil e um ponto de partida para a renovação da qualidade social da educação brasileira.

O art. 11 da LDB indica que os Municípios se incumbem, dentre outras coisas, de:

> *I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados;*
> *(...);*
> *III - baixar normas complementares para o seu sistema de ensino; IV - autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino;*
> *V - oferecer a educação infantil em creches e pré-Escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.*

O presente Plano recomenda, portanto, no espírito da Legislação vigente, que os Municípios, em seus sistemas, cumpram e façam cumprir o disposto da Resolução CNE/CP 01/2004, inclusive observando, na sua rede privada, a necessidade de obediência à LDB, alterada pelas Leis 10.639/2003 e 11.645/08. Esta segunda introduz a questão indígena como foco de trabalho para a naturalização da mesma no currículo Escolar. Ressalta-se que ambas as questões devem compor esse cotidiano formando a tríplice estrutura (indígena, branca e negra) que forma a cultura nacional.

Diretrizes

Ampliar, no sistema de ensino, referenciais curriculares da história e cultura afro-brasileira e indígena sob o enfoque de ações étnico-raciais em colaboração com as entidades representativas do movimento negro, por meio da mediação da Secretaria Municipal de Educação e do Conselho Municipal de Educação, com supervisão por parte dos movimentos negro e indígena e do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos do Negro e da promoção da igualdade racial e étnica de Duque de Caxias, respeitando a autonomia de cada segmento. Por meio do planejamento pedagógico, manter e universalizar a oferta de formação continuada para os Professores, equipe técnico- pedagógica e gestores, envolvendo a comunidade durante o processo.

Garantir políticas afirmativas no campo educacional com o objetivo de permitir o acesso de negros e negras, indígenas e ciganos, de todos os cidadãos, a todos o níveis de modalidade do ensino brasileiro. Ao mesmo tempo, identificar as manifestações de preconceito, racismo e discriminação com o objetivo de superar tais idiossincrasias para a construção de uma sociedade democrática, plural e mais igualitária. Dessa forma deve ser garantido, a partir do ano de 2016, a produção e oferta de material didático sobre a temática africana, afrodescendente, indígena e cigana a partir da perspectiva da história do Município de Duque de Caxias e da baixada fluminense, utilizando-se para isso de instituições que discutam essas questões específicas no Município.

Objetivos e Metas

a. apoiar as Escolas para garantir a implementação das Leis nºs.: 10.639/03 e 11.645/08, por meio de ações colaborativas com os fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, Conselhos Escolares, equipes pedagógicas e Sociedade Civil;
b. orientar as equipes gestoras das Secretarias de Educação para a implementação das Leis nºs.: 10.639/03 e 11.645/08 e também garantir a formação continuada e adequada, com o mínimo de 60 horas, por meio de curso de capacitação para que os Professores de todas as áreas de conhecimento sejam mediadores desses conteúdos;
c. promover formação dos quadros funcionais do sistema educacional, de

forma sistêmica e regular, mobilizando de forma colaborativa atores, como fóruns de educação, Instituições de Ensino Superior, NEABS - Núcleos de Estudos Afro-brasileiros, SECAD/MEC - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Sociedade Civil, movimento negro, indígena e cigano, entre outros que possuam conhecimento da temática;

d. articular com a UNDIME - União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - e a UNCME – União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação - apoio para a construção participativa de Planos Municipais de Educação que contemplem a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana, indígena e cigana da Lei 11.645/08;
e. realizar consultas nas Escolas, gerando relatório anual a respeito das ações de implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, indígena e cigana;
f. desenvolver cultura de autoavaliação das Escolas e na gestão dos sistemas de ensino por meio de guias orientadores com base em indicadores socioeconômicos, étnico-raciais e de gênero produzidos pelo INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira ;
g. garantir a participação nos fóruns de educação e diversidade étnico-racial;
h. disponibilizar material de apoio pedagógico adequado para o trabalho cotidiano;
i. garantir a oferta de curso de formação continuada elaborado por profissionais especializados no debate da diversidade cultural.

15.3.5 ENSINO RELIGIOSO

Paulo Freire, em Pedagogia do Oprimido, ressalta que ninguém educa ninguém, mas a comunidade educa-se à medida que todos aprendem e ensinam concomitantemente, discutindo os inúmeros saberes construídos e consolidados no debate franco e fraterno, contextualizado nas dores e alegrias das vivências de todos os envolvidos.

O Ensino Religioso deverá enfatizar a cidadania e a sociedade, não interferindo nos

dogmas das religiões, observando a tolerância e o respeito a todas as religiões.

Para contribuir com o respeito e a tolerância, é fundamental entender a natureza do ser humano com o qual se pretende interagir e, assim, refletir sobre a religiosidade do ser humano, valorizando sua capacidade de transcender e historicizar.

Essa proposição busca ser coerente com a atual compreensão do processo de ensino-aprendizagem, vigente no Brasil, no qual o conhecimento não é percebido como algo externo ao indivíduo, algo adquirido por meio de mera transmissão, e muito menos como algo que o indivíduo constrói independentemente da realidade exterior, dos demais e de suas próprias capacidades pessoais. É, antes de tudo, uma construção histórica e social, na qual interferem variáveis como fatores políticos, sociais, culturais e psicológicos.

A implantação do Ensino Religioso, com ênfase nos valores humanos, busca, por meio de sua proposta, possibilitar a construção de um mundo melhor e mais fraterno, proporcionando uma elevação de sua consciência e uma mudança em sua perspectiva de vida. Nesse sentido, ressalta-se o enfoque social sobre os processos de ensino e aprendizagem como também a compreensão do processo de desenvolvimento na construção do conhecimento pelos quais o indivíduo constrói suas representações. Baseando-se nisso e, em consonância com os princípios democráticos, o objetivo do Ensino Religioso é uma educação que favoreça o exercício do diálogo, da pesquisa, do estudo, da construção e reconstrução coletiva dos saberes, o respeito ao diferente e às diferenças, a prática da solidariedade e a participação e valorização da diversidade cultural brasileira.

A tecnologia avança, mas o ser humano, como ente participante de uma sociedade, continua sendo desafiado a ampliar sua humanização. Nessa perspectiva, o papel da educação e, em particular, do Ensino Religioso, é fazer a (re)ligação entre os diferentes saberes, vivenciar a (re)descoberta do humano existente em cada um e a (re)leitura do fenômeno religioso na pluralidade cultural brasileira no contexto educativo, a fim de garantir a participação autônoma do cidadão na sociedade.

A Constituição Federal do Brasil, art. 210, parágrafo 1°, trata do Ensino Religioso. Nesse contexto, considerando a Escola um espaço privilegiado, a Lei federal n° 9.475, de 22 de julho de 1997 (que dá nova redação ao art. n° 33 da Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – LDB) determina: *"o ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das Escolas públicas de Ensino Fundamental"*.

Baseando-se nessa prerrogativa, o Ensino Religioso da rede pública do Município de Duque de Caxias se propõe a ter um olhar reflexivo sobre a realidade em que está

inserido e, assim, favorecer a formação da cidadania e a socialização dos valores humanos fundamentais no âmbito da Escola, da família e da sociedade, assegurando o respeito à diversidade numa perspectiva didático-pedagógica.

O Ensino Religioso desenvolverá uma proposta pedagógica clara, objetiva e coerente com as teorias e concepções da educação, promovendo um enfoque social sobre os processos de ensino-aprendizagem e a compreensão do processo de desenvolvimento na construção do conhecimento.

Objetivos

a. encaminhar processos de aprendizagem processual, tendo em conta os conhecimentos anteriores dos educandos e seus contextos socioculturais;
b. desenvolver práticas pedagógico-didáticas contextualizadas e organizadas, segundo o PPP da Unidade Escolar;
c. desenvolver e integrar as várias dimensões (racional, intuitiva, poética, ética, estética, mística, espiritual) do ser humano;
d. desenvolver metodologia participativa, promovendo a interação do grupo;
e. desenvolver hábitos e atitudes de respeito, cooperação e solidariedade.

> *Existem olhares que diminuem, coisificam o outro; há outros olhares que revivificam, iluminam [...] desses olhares, uma pessoa sai mais pura, orgulhosa e, como se engrandecida, nossa vida vale muitas vezes pelo olhar sob o qual a gente se põe. (Leloup, 2007, p. 112).*

O Ensino Religioso, devido ao artigo 33 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB – 9.394/96, que o regulamenta como disciplina, tem sido foco de novos estudos, pesquisas e reflexões; entretanto, não se pode pensar o Ensino Religioso dentro da identidade Escolar se o mesmo não fizer parte do Projeto Político Pedagógico da Escola.

O Projeto Político Pedagógico tem a necessidade de estar em diálogo com a realidade Escolar e atento a ela, inclusive no que tange à religiosidade. O PPP deve encarar o Ensino Religioso como parte do processo educativo. Como ressalta Oliveira (2007), *"é na cultura da Escola que a diversidade se manifesta na multiplicidade de comportamentos, atitudes, valores, símbolos, significados, linguagens, roupas, bem como nos referenciais utilizados*

pelos sujeitos para realizar suas escolhas e dar sentido à vida."

Vale frisar que defendemos uma educação laica e, por isso mesmo, a retirada da obrigatoriedade de oferta do Ensino Religioso na LDB. Apesar disso, demos conta, neste PME, das diretrizes, metas e objetivos, já que esse ensino existe em nossa Rede.

O Professor que apresentar interesse deverá desenvolver um projeto demonstrando as suas reais condições de atender as propostas do Ensino Religioso, sendo seu projeto apreciado e aprovado ou não pelo Conselho Escolar. Cabe à SME realizar a formação de profissionais de educação religiosa do quadro de Professores concursados da Rede.

Os Professores formados para trabalhar com o Ensino Religioso devem contribuir para:

a. abertura para a alteridade do educando no sentido de respeitá-lo, ouvi-lo, simpatizar e dialogar com ele;
b. ver todos como iguais em direitos e deveres e, ao mesmo tempo, diferentes em suas potencialidades e realizações;
c. ter consciência de que o progresso científico e tecnológico não dá respostas para todos os problemas; homens e mulheres continuarão a ser incompletos, inacabados e, por isso, sempre buscarão respostas além do mundo sensível e material;
d. buscar continuamente a competência técnica (pedagógica), política (relacionamento) e ética (comportamento) por meio do aprimoramento contínuo do conhecimento (racional), do sentimento (emocional) e da operacionalização (prática);
e. evitar a simples repetição de conteúdos e, ao mesmo tempo, ter consciência de que o conhecimento não deve ser resultado apenas da transmissão- assimilação de conhecimentos, mas consequência de uma parceria que constrói novos conhecimentos e cidadãos;
f. garantia do respeito à diversidade religiosa e à participação facultativa do aluno nas aulas de Ensino Religioso. Os responsáveis devem ser consultados quanto à participação ou não do aluno nestas aulas.

15.3.6 EDUCAÇÃO E AS MEDIDAS DE PROTEÇÃO INTEGRAL À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

A Constituição de 1988, em seu artigo 277, que ressalta a criança, o adolescente e seus direitos, abriu horizonte para o surgimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que foi regulamentado pela Lei nº 8069, de 13/07/1990. Essas duas legislações deram fundamentação jurídica e social para garantir a doutrina da proteção integral de respeito aos direitos da infância e da adolescência. O ECA *"dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente"*. Em seus artigos 1º e 3º, *"a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por Lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade"*.

Isso significa que cabe à família, à comunidade, à sociedade em geral e ao poder público a proteção e prioridade no cuidar da criança e do adolescente, conforme os artigos 4º (o seu parágrafo único) e 5º:

> *Art. 4º - É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.*
> *Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:*
> *a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;*
> *b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;*
> *c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;*
> *d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.*
> *Art. 5º - Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da Lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.*

No ECA, constam ainda os direitos fundamentais (vida, saúde, liberdade, respeito, dignidade, convivência familiar, cultura, lazer, educação, profissionalização e trabalho), o direito à prevenção, à prevenção especial, às medidas de proteção (da prática de ato

infracional e às medidas socioeducativas). Para contribuir com esse último aspecto, sistematizamos algumas informações do Levantamento de Dados realizados nas Escolas (municipais, estaduais e privadas) e nas instituições sociais do Município.

Algumas informações sobre as condições das crianças e dos adolescentes a partir do Levantamento de Dados.

		Escolas Municipais			Escolas Estaduais			Escolas Privadas			Somatório Geral		
		Sim	Não	Total	Sim	Não	Total	Sim	Não	Total	Sim	Não	Total
Grêmio Estudantil	Qtd	2	163	165	18	37	55	2	24	26	22	224	246
	%	1,21	98,79	100,00	32,73	67,27	100,00	7,69	92,31	100,00	8,94	91,06	100,00
espaços culturais para os alunos	Qtd	30	135	165	24	31	55	17	9	26	71	175	246
	%	18,18	81,82	100,00	43,64	56,36	100,00	65,38	34,62	100,00	28,86	71,14	100,00
atividades de lazer para os alunos	Qtd	115	50	165	43	12	55	25	1	26	183	63	246
	%	69,70	30,30	100,00	78,18	21,82	100,00	96,15	3,85	100,00	74,39	25,61	100,00
crianças / jovens da escola sofrem algum tipo de violência	Qtd	140	25	165	45	10	55	7	19	26	192	54	246
	%	84,85	15,15	100,00	81,82	18,18	100,00	26,92	73,08	100,00	78,05	21,95	100,00

Tabela – A escola e as condições para infância e adolescência

Tipo de Violência		Escolas Municipais			Escolas Estaduais			Escolas Privadas			Somatório Geral		
		Sim	Não	Total	Sim	Não	Total	Sim	Não	Total	Sim	Não	Total
Psicológica	Qtd	115	50	165	32	23	55	3	23	26	150	96	246
	%	69,70	30,30	100,00	58,18	41,82	100,00	11,54	88,46	100,00	60,98	39,02	100,00
Física	Qtd	91	74	165	26	29	55	0	26	26	117	129	246
	%	55,15	44,85	100,00	47,27	52,73	100,00	0,00	100,00	100,00	47,56	52,44	100,00
Sexual	Qtd	54	111	165	15	40	55	0	26	26	69	177	246
	%	32,73	67,27	100,00	27,27	72,73	100,00	0,00	100,00	100,00	28,05	71,95	100,00
Cultural	Qtd	88	77	165	17	38	55	1	25	26	106	140	246
	%	53,33	46,67	100,00	30,91	69,09	100,00	3,85	96,15	100,00	43,09	56,91	100,00
Doméstica	Qtd	94	71	165	32	23	55	5	21	26	131	115	246
	%	56,97	43,03	100,00	58,18	41,82	100,00	19,23	80,77	100,00	53,25	46,75	100,00
Policial	Qtd	30	135	165	11	44	55	0	26	26	41	205	246
	%	18,18	81,82	100,00	20,00	80,00	100,00	0,00	100,00	100,00	16,67	83,33	100,00
Bullying	Qtd	70	95	165	32	23	55	1	25	26	103	143	246
	%	42,42	57,58	100,00	58,18	41,82	100,00	3,85	96,15	100,00	41,87	58,13	100,00
Verbal	Qtd	109	56	165	39	16	55	4	22	26	152	94	246
	%	66,06	33,94	100,00	70,91	29,09	100,00	15,38	84,62	100,00	61,79	38,21	100,00

Tabela – Tipos de violência sobre a criança e o jovem na cidade de Duque de Caxias

Dados de 2011

As questões que foram respondidas pela Sociedade Civil e algumas Escolas também apresentam informações importantes para considerarmos a situação de direito à criança e ao adolescente na cidade de Duque de Caxias. Observem as tabelas abaixo.

	1		2		3		4	
olas Municipais	l	%	ll	%	l	%	l	%
1		2,64	5	7,64	2	0,98		2,64
0	2	7,36	6	2,36	1	0,02	2	7,36
tal	3	0,00	11	0,00	3	0,00	3	0,00
olas Estaduais	l	%	ll	%	l	%	l	%
1	7	3,93	2	5,36	7	3,93	4	5,43
0	9	6,07	3	3,64	9	6,07	2	3,57
tal	5	0,00	5	0,00	5	0,00	5	0,00

olas Privadas	1	%	2	%	3	%	4	%
n	1	3,75	3	1,43	4	5,00	5	0,00
o	5	1,25	1	8,57	2	5,00	0	0,00
tal	6	0,00	4	0,00	6	0,00	6	0,00
ituições de Ensino Superior	1	%	2	%	3	%	4	%
n	2	0,00	2	0,00	1	5,00	4	0,00
o	2	0,00	2	0,00	3	5,00	0	0,00
tal	4	0,00	4	0,00	4	0,00	4	0,00
ituições da Sociedade Civil	1	%	2	%	3	%	4	%
n	9	5,67	7	0,00	7	0,00	8	3,33
o	1	3,33	3	0,00	8	0,00	2	5,67
tal	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
natório Geral	1	%	2	%	3	%	4	%
n	0	0,22	9	5,38	1	8,44	8	4,05
o	9	0,78	5	4,62	8	1,56	5	5,95
tal	9	0,00	*	0,00	9	0,00	9	0,00

Tabela – principais problemas da cidade apontados no levantamento de dados Legendas: 1) Doenças Endêmicas 2) Problemas Ambientais (as Escolas não computadas neste item não souberam responder) 3) Problemas com o passe livre 4) Problemas de violência .Dados 2011*

	1		2		3		4		5		6	
olas Municipais	1	%	2	%	3	%	4	%	5	%	6	%
n	0	9,75	0	6,87	6	1,17	1	0,37	6	8,28	0	2,33
o	8	0,25	4	8,13	7	8,83	2	9,63	8	1,72	4	7,67
tal	8	0,00	8	0,00	8	0,00	8	0,00	8	0,00	8	0,00
olas Estaduais	1	%	2	%	3	%	4	%	5	%	6	%
n	0	9,29	8	8,93	8	8,93	0	1,43	0	5,71	6	1,64
o	6	0,71	8	1,07	8	1,07	6	8,57	6	4,29	1	5,36
tal	6	0,00	6	0,00	6	0,00	6	0,00	6	0,00	6	0,00
olas Privadas	1	%	2	%	3	%	4	%	5	%	6	%
n	9	6,25	6	1,25	1	8,75	2	5,00	0	0,00	1	6,25
o	7	8,75	1	8,75	5	1,25	4	5,00	6	0,00	5	8,75
tal	6	0,00	6	0,00	6	0,00	6	0,00	6	0,00	6	0,00
ituições de Ensino Superior	1	%	2	%	3	%	4	%	5	%	6	%
n	8	5,00	1	5,00	4	0,00	4	0,00	0	0,00	8	5,00
o	1	5,00	8	5,00	0	0,00	0	0,00	4	0,00	1	5,00
tal	4	0,00	4	0,00	4	0,00	4	0,00	4	0,00	4	0,00
ituições da Sociedade Civil	1	%	2	%	3	%	4	%	5	%	6	%
n	8	0,00	7	8,33	6	8,33	6	0,00	8	0,00	0	8,33
o	2	0,00	8	6,67	4	6,67	6	0,00	7	0,00	0	6,67
tal	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
natório Geral	1	%	2	%	3	%	4	%	5	%	6	%
n	0	8,07	6	7,62	0	6,91	2	6,09	8	8,87	8	0,15

o	)	,93	4	2,38	)	3,09	7	4,91	1	5,13		9,85
tal	)	),00	)	),00	)	),00	)	),00	)	),00	)	),00

Tabela – Tipos de violência na cidade.

*Legendas: **1)** Tráfico de Drogas **2)** Homicídios **3)** Assalto à mão armada Roubo/Furto de veículos **5)** Atentado ao pudor / estupro **6)** Milícia* ***Dados de 2011***

olas Municipais		%		%		%		%		%		%		%		%
		,03		,50		,57		,74		,48		,94		,87		,37		,39
		,97		,50		,43		,26		,52		,06		,13		,63		,61
al		,00		,00		,00		,00		,00		,00		,00		,00		,00
olas Estaduais		%		%		%		%		%		%		%		%		%
		,57		,50		,07		,79		,43		,93		,07		,07		,64
		,43		,50		,93		,21		,57		,07		,93		,93		,36
al		,00		,00		,00		,00		,00		,00		,00		,00		,00
olas Privadas		%		%		%		%		%		%		%		%		%
		,50		,25		,50		,75		,00		,75		,25		,75		,50
		,50		,75		,50		,25		,00		,25		,75		,25		,50
al		,00		,00		,00		,00		,00		,00		,00		,00		,00
ituições de Ens. Superior		%		%		%		%		%		%		%		%		%
		,00		,00		,00		,00		,00		,00		,00		,00		,00
		,00		,00		,00		,00		,00		,00		,00		,00		,00
al		,00		,00		,00		,00		,00		,00		,00		,00		,00
ituições da Soc. Civil		%		%		%		%		%		%		%		%		%
		,33		,33		,33		,67		,00		,33		,00		,00		,33
		,67		,67		,67		,33		,00		,67		,00		,00		,67
al		,00		,00		,00		,00		,00		,00		,00		,00		,00
atório Geral		%		%		%		%		%		%		%		%		%
		,36		,64		,73		,28		,82		,57		,71		,41		,89
		,64		,36		,27		,72		,18		,43		,29		,59		,11
al		,00		,00		,00		,00		,00		,00		,00		,00		,00

Tabela – os principais problemas dos bairros.
*Legendas: **1)** Falta de Limpeza **2)** Falta de Segurança **3)** Carência na área de Saúde **4)** Carência na área de Educação **5)** Falta de Lazer **6)** Falta de Transportes **7)** Falta de Espaços Culturais **8)** Falta de Assistência Social **9)** Falta de Saneamento Básico.Dados 2011*

Objetivos e Metas

a. criar espaços culturais, no mínimo um em cada distrito;

b. criar centros esportivos, no mínimo um em cada distrito;

c. garantir atendimentos às crianças e aos jovens que sofrem algum tipo de

violência;

d. sugerir Unidades do **Programa de Saúde na Família – PSF** - perto das Unidades Escolares;
e. implementar parcerias com a Secretaria Municipal de Saúde para divulgar informações sobre a prevenção de doenças endêmicas;
f. intensificar o atendimento da ronda Escolar;
g. fomentar a implementação de clube de ciências ou multidisciplinares nas Unidades Escolares;
h. solicitar maior empenho dos Conselhos Tutelares para resguardar a integridade física, psicológica, intelectual e moral das crianças e adolescentes, visando à integração familiar mais saudável em todos os aspectos;
i. solicitar maior fiscalização via Conselhos Tutelares e polícia especializada dos atos de violência voltados para as crianças e adolescentes;
j. colocar faixas e placas de sinalização e um guarda próximo às Escolas;
k. reforçar segurança permanente nas Unidades Escolares (vigias);
l. implementar políticas educativas de enfrentamento ao bullying.

15.3.7 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Há 85 anos, Duque de Caxias iniciava uma revolução com a Escola "Mate com Angu"...

Em 13 de fevereiro de 1921, surgia na Baixada Fluminense uma Escola rural que revolucionou a educação em nosso país. A Escola proletária de Meriti começou a funcionar num terreno da pequena Vila Meriti, bairro proletário que surgiu ao lado da estação ferroviária. A revolução já começara pelo simples fato de que a Escola já dispunha de uma biblioteca e um museu, numa época em que os estudantes só aprendiam o que estava nos livros. Não se sabia o que era pesquisa Escolar.

A Escola foi fundada por iniciativa da Professora Armanda Álvaro Alberto, Venâncio Filho e Edgar Sussekind de Mendonça. Estes acreditavam nas concepções da Escola Nova, que entendia a educação como aprendizagem significativa, uma educação essencialmente pública, laica e gratuita.

A Escola regional de Meriti era voltada para crianças da comunidade carente, que

permaneciam mais tempo na Escola. Talvez por esse fato, foi a primeira Escola a servir merenda. Hoje chamada de Escola Municipal Dr. Álvaro Alberto, ficou conhecida como "Escola Mate com Angu", em alusão à refeição oferecida nos primeiros anos: mate com angu de milho, com feijão ou macarrão. Esses gêneros eram doados pelos comerciantes locais.

O significado dessas ações traduziu-se pelas palavras de Armanda Álvaro Alberto, citada por MIGNOT (1997):

> *A Escola primária tem que ser regional, o que não impede de ser brasileira. Tanto melhor reagirá sobre o seu meio, quanto mais adaptada lhe estiver. Na roça é o único centro, muitas vezes, de vi- da intelectual; deve sentir as necessidades de progresso da sua re- gião e tomar a si as iniciativas em benefício da comunidade a que pertencem os seus estudantes. (ÁLVARO ALBERTO, 1968).*

Após a iniciativa de servir "mate com angu" como merenda, na década de 20, aconteceu o surgimento de outras ações:

a. década de 30: surgiram as caixas Escolares, que tinham caráter assistencialista;
b. década de 40: houve uma proposta do instituto de nutrição que não foi concretizada;
c. década de 50: o Plano Nacional de Alimentação e Nutrição estruturava um programa de alimentação Escolar público em âmbito nacional.

É nesse Plano que se estruturou, pela primeira vez, um programa de merenda Escolar sob responsabilidade pública.

A partir de então, surgiu o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) que visa à transferência, em caráter suplementar, de recursos financeiros aos estados, distrito federal e Municípios. O Programa Nacional de Alimentação Escolar é considerado um dos maiores programas na área de alimentação Escolar do mundo e único com atendimento universalizado.

Diretrizes

a. elaborar cardápios balanceados adequados à faixa etária dos estudantes;
b. garantir o atendimento às necessidades nutricionais específicas ao período de permanência na Escola;
c. fornecer alimentos conforme padrões legais de segurança alimentar e nutricional;
d. contratar, nas redes públicas, por meio de concurso, nutricionistas responsáveis pelo acompanhamento da alimentação Escolar e pelo atendimento das necessidades dos estudantes, inclusive atendendo as pessoas com necessidades nutricionais especiais, no que diz respeito ao preparo e à conservação dos alimentos;
e. os nutricionistas responsáveis pelo acompanhamento da alimentação Escolar devem atuar em pequenos grupos de Escolas para melhor supervisionar o atendimento das necessidades dos estudantes;
f. contratar, por meio de concurso público, técnicos de nutrição a serem lotados nas Escolas, responsáveis pela alimentação Escolar;
g. considerar os hábitos e culturas alimentares regionais, facilitando a melhor aceitação dos alimentos;
h. utilizar somente alimentos saudáveis para a preparação da merenda Escolar e promover campanhas de incentivo ao consumo desses alimentos, incentivando gradativamente o consumo de alimentos que estejam abaixo do índice de aceitabilidade de 85%;
i. vetar a aquisição de bebidas como refrigerantes, refrescos, sucos artificiais, balas e outros, extinguir as cantinas nas Escolas públicas de Duque de Caxias e incentivar a "cantina saudável" nas Escolas particulares;
j. adotar, na composição dos cardápios, os requerimentos nutricionais recomendados pela FAO/OMS – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação/Organização Mundial da Saúde -, atendendo o mínimo de 15% das necessidades nutricionais dos estudantes e buscando harmonia na composição dos alimentos e adequação ao perfil da população;
k. adquirir somente alimentos que possuam registro ou notificação no órgão oficial de vigilância sanitária ou inspeção sanitária federal, estadual ou

Municipal, excetuando aqueles que estão dispensados do registro pela legislação sanitária vigente;

l. considerar a relação custo x benefício na seleção dos alimentos, desde que garantidas as necessidades nutricionais;
m. equipar as cozinhas, refeitórios e despensas das Unidades Escolares para a conservação e preparo de variados tipos de alimentos;
n. considerar os períodos de safra e entressafra agrícola da região, quando for o caso;
o. vetar a aquisição de alimentos de monopólio, considerando a existência de mais de um fornecedor;
p. dar prioridade à seleção dos alimentos que compõem o cardápio da alimentação Escolar, conforme a vocação agrícola local, com o propósito de incentivar o desenvolvimento local sustentável, respeitando a obrigatoriedade da lei que garante os projetos de aquisição de 30% de alimentos da agricultura familiar e de cooperativas de pequenos produtores com transparência na chamada pública;
q. priorizar aquisição de alimentos orgânicos;
r. incentivar, em parceria com SMS – Secretaria Municipal de Saúde - campanha contra o abate clandestino;
s. implementar Políticas Públicas visando ao aproveitamento total dos alimentos.

Metas

a. adequar o espaço físico, tornando-o apropriado para a confecção e distribuição da alimentação Escolar;
b. prover os espaços com utensílios, mobiliários e equipamentos apropriados, garantindo a manutenção ou substituição dos mesmos periodicamente;
c. qualificar e valorizar os agentes envolvidos com a alimentação, assim como oferecer condições apropriadas de trabalho promovendo programas de formação continuada para as merendeiras, que deverão ser concursadas, quando se tratar da Rede Pública de Ensino;
d. incentivar os projetos existentes e estimular novas ações relacionadas à alimentação Escolar;

e. informar e sensibilizar a comunidade Escolar da importância do aproveitamento total dos alimentos com a finalidade de melhorar a qualidade nutricional das refeições;
f. adequar o cardápio para estudantes que apresentarem necessidade alimentar específica (diabetes, intolerância à lactose, ao glúten, entre outros), e para aqueles que façam opção por alimentação vegetariana;
g. adaptações estruturais: torneiras com água quente para esterilizar, lavar e escaldar os utensílios utilizados na alimentação Escolar, banheiros distantes da cozinha, despensa adequada, com prateleiras e de fácil acesso, exaustor, panelas, facas e talheres adequados ao preparo da alimentação Escolar em grande quantidade;
h. adotar pratos de vidro e garfos para os estudantes fazerem suas refeições com dignidade;
i. instituir e incentivar, nas Unidades Escolares públicas e privadas o resgate da obra do médico e geógrafo Josué de Castro, autor dos clássicos "*Geografia da Fome*" e "*Geopolítica da Fome*", no mês de outubro, por conta da semana de alimentação Escolar.

Convivemos no Brasil com a "dupla carga de má nutrição", isto quer dizer que ainda temos casos de desnutrição e de carências nutricionais (anemia, falta de vitamina A e outras), mas, ao mesmo tempo, estamos vendo aumentar a obesidade e as doenças crônicas não transmissíveis (diabetes, hipertensão arterial, aumento de colesterol, erros inatos do metabolismo e outras). À prevenção associam-se hábitos alimentares saudáveis.

A promoção de saúde na Escola é uma prioridade identificada pela Organização Pan-americana de Saúde (OPS), considerando a Escola um espaço privilegiado que atua junto às crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos numa etapa crítica do desenvolvimento, bem como suas famílias e toda a comunidade. No que tange à promoção da alimentação saudável nas Escolas, a **Portaria Interministerial** nº 1.010, de maio de 2006, afirma que, para alcançar uma alimentação saudável em ambiente Escolar, uma das ações é "*definir estratégias, em conjunto com a comunidade, para favorecer escolhas saudáveis*". Destaca ainda a importância de "*sensibilizar e capacitar os profissionais envolvidos com a alimentação*" e desenvolver estratégias para levar informações às famílias. Reconhece a alimentação saudável como um direito humano e que deve adequar-se "*às necessidades biológicas, sociais e culturais dos indivíduos, de acordo com as fases do curso da vida e com*

base em práticas alimentares que assumam os significados socioculturais dos alimentos."

O **Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE** - atende a 37 milhões de estudantes, o que representa 22% da população brasileira, no qual a alimentação Escolar é uma das principais fontes de acesso à alimentação de famílias menos favorecidas, representando a segunda forma mais importante de acesso à alimentação, perdendo apenas para a compra no mercado. Por isso, além do PNAE, faz-se necessário assegurar a destinação de orçamento próprio dos Municípios e estados que atenda à alimentação Escolar saudável e o fortalecimento do Conselhos de Alimentação Escolar – CAE, como instância propositiva, de acompanhamento, deliberativa e fiscalizadora das ações. Além disso, devemos rejeitar qualquer iniciativa de terceirização da alimentação Escolar.

A partir da década de 1990, as políticas e ações públicas em alimentação e nutrição devem atuar na perspectiva da promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), que são: a realização do direito a uma alimentação de qualidade e em quantidade suficiente, garantido para todos, baseada em práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural, que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis. (CONSEA, 2004).

O fenômeno do fracasso Escolar, reconhecido como um dos grandes problemas educacionais no Brasil, identificou que as condições de vida, assim como a fome, a desnutrição, a falta ou inadequação de moradia e saneamento básico, são fatores extraescolares que constituiriam elementos explicativos para o fracasso Escolar. Contudo, existem também os fatores intraescolares: o currículo, programas, o trabalho dos profissionais e as avaliações. Nesse sentido, um cuidado a ser tomado é que a desnutrição tem-se constituído como uma das formas mais comuns de medicalização do fracasso Escolar, rotulando as crianças menos favorecidas como menos capazes.

A educação alimentar e nutricional deve se constituir em processo de aprendizagem e não de adestramento, desenvolvendo habilidades individuais que subsidiem a tomada de decisões dos indivíduos que outrora foram culpabilizados pela sua ignorância, sendo posteriormente vítimas da organização social capitalista, e se tornam agora providos de direitos e são convocados a ampliar seu poder de escolha e decisão. Deve proporcionar ao indivíduo condições para que possa tomar decisões para a resolução de problemas mediante fatos percebidos. Assim, a educação tem papel fundamental nesse processo.

No contexto da segurança alimentar e nutricional, a educação alimentar e nutricional tem como desafio redefinir seu foco: o alimento passa a ser visto enquanto

direito humano e insumo essencial à vida e à promoção da saúde. No contexto atual de Políticas Públicas, deve-se pautar na atuação intersetorial, crítica, e articular aspectos biológicos, sociais, ambientais e culturais, cabendo, assim, à educação enquanto política pública, contribuir significativamente para esse avanço.

15.3.8 ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

A Orientação Educacional faz parte das atividades pedagógicas no Brasil desde o ano de 1920, institucionalizando-se com a Lei nº 5.692/71, que aborda a obrigatoriedade da Orientação Educacional. A atual LDB reconhece a pertinência da Orientação Educacional no atual contexto da educação brasileira e estabelece a docência como eixo da formação do especialista.

Na trajetória histórica da Orientação Educacional no contexto brasileiro, segundo Melo (1994), encontram-se duas classificações. A primeira está pautada em Grinspun (1998) e a segunda em Sena (1985).

Grinspun (1998) destaca que o enfoque clínico-terapêutico se caracteriza como uma orientação individualizada, numa linha psicologista e atendimento voltado para estudantes considerados "problemas", tendo como base técnica o aconselhamento. A classificação apresentada por Sena (1985) considera o enfoque clínico-preventivo como aquele voltado para o atendimento coletivo, utilizando sessões de dinâmica de grupo. Nessa perspectiva, o profissional é visto como "agente de mudanças".

A Orientação Educacional através do tempo

1920 - 1941 – Período Implementador: caracterizou-se pelo surgimento das ideias sobre Orientação Educacional, voltada para os trabalhos de seleção e escolha profissional;

1942 - 1960 – Período Funcional e Instrumental: Funcional, assim denominado porque nele foram determinadas as funções de Orientação Educacional e a quem se destina (1942-1960);

1951-1960 - Instrumental: evidenciou o apoio que a Orientação Educacional recebeu dos órgãos governamentais;

1961 - 1970 - Período Transformador: Lei nº 4.024, Lei nº 5.564 e a criação da Federação Nacional de Orientadores Educacionais (1969);

1971 - 1980 - Período Disciplinador: nesse momento surge a obrigatoriedade da Orientação Educacional nas Escolas de 1° e 2° graus, por meio da Lei nº 5692/71;

1980 – 1990 - Período Questionador: questiona-se a Orientação Educacional, tanto em termos de formação de seus profissionais, quanto da sua prática;

1991 - atual - Período Orientador: atualmente, vivemos a fase crítica, em que se procura ajudar o aluno, como um todo. A busca não é mais pelo ajustamento do "aluno problema" à Escola, mas fazer da Escola um espaço cada vez mais democrático, inclusivo e emancipatório. A fase crítica é um momento que corrobora para um fazer muito mais pedagógico do que medicalizador e aconselhador.

Há a necessidade de ressaltar a importância da equipe de OE/OP na realização do que é fundamental na Escola: o currículo, o ensinar e o aprender e todas as relações decorrentes da interação entre as pessoas que compõem o universo Escolar.

A Psicologia Educacional deve compor o espaço das equipes técnico-pedagógicas; portanto, atuar com orientadores educacionais e pedagógicos. Em conjunto com a equipe, colabora com o corpo docente e técnico na elaboração, implantação, avaliação, formulação e reformulação de currículos, de projetos pedagógicos, de políticas educacionais e no desenvolvimento de procedimentos educacionais. Contribui na análise e intervenção no contexto educacional, buscando melhor funcionamento do sistema, que resultará na realização dos objetivos educacionais.

Diretrizes

Nossa atuação profissional tem base na legislação em vigor, tendo como pontos de partida a Lei nº: 5.564, de 21/12/1968, que regulamenta a profissão do OE, e o Regimento Escolar deste Município, em particular o título II, capítulo I, seção IV, artigos 19 e 20 (relacionados à função, habilitação e atribuições do OE) e o mesmo título II, e seu capítulo II, seção I, artigos 33 e 34 (do Psicólogo Educacional).

A Orientação Educacional é entendida como um processo dinâmico, contínuo e sistemático, estando integrada em todo o currículo Escolar, sempre encarando o aluno como um ser global que deve desenvolver-se harmoniosa e equilibradamente em todos os aspectos: intelectual, físico, social, moral, estético, político, educacional e vocacional. Sendo assim, a Orientação Educacional deverá ser ocupada por um profissional habilitado e

concursado para a rede pública.

Integrada à Orientação Pedagógica, docentes e demais profissionais, a orientação educacional deverá ser um processo cooperativo devendo:

15.3.8.1 mobilizar a Escola, a família e a criança para a investigação coletiva da realidade;

15.3.8.2 cooperar com o Professor, estando sempre em contato com ele, auxiliando-o na tarefa de compreender o comportamento das classes e dos estudantes em particular;

15.3.8.3 manter os Professores informados quanto às atitudes da Orientação Educacional com os estudantes, principalmente quando essa atitude tiver sido solicitada pelo Professor;

15.3.8.4 esclarecer à família quanto às finalidades e funcionamento da Unidade Escolar;

15.3.8.5 atrair os pais para a Escola a fim de que nela participem como força viva e ativa;

15.3.8.6 desenvolver diferentes trabalhos em parceria com a comunidade Escolar;

15.3.8.7 trabalhar preventivamente em relação a situações e dificuldades, promovendo condições que favoreçam o desenvolvimento do educando;

15.3.8.8 organizar dados referentes aos estudantes;

15.3.8.9 procurar captar a confiança e cooperação dos educandos, ouvindo-os com paciência e atenção;

15.3.8.10 desenvolver atividades de hábitos de estudo e organização;

15.3.8.11 tratar de assuntos atuais e de interesse dos estudantes, fazendo integração com as diversas disciplinas, respeitando idade, ano de escolaridade e planejamento curricular de cada Unidade Escolar no PPP.

Metas

Diante de tantos desafios (drogas, violências, desinteresse de estudantes, Professores e pais, falta de participação da família, pouco envolvimento docente em algumas ações pedagógicas, inclusão das diferenças no cotidiano Escolar), colocamos como metas:

a. combate efetivo à evasão Escolar por meio de ações dentro e fora da Unidade Escolar e por meio de parcerias;
b. desenvolvimento de ações preventivas à violência, ao trabalho infantil e ao abuso sexual de crianças e adolescentes;
c. desenvolvimento de ações que visem esclarecer e atuar nos casos de dificuldades de aprendizagem, construindo propostas coletivamente com a Escola;
d. combate ao alto índice de retenção;
e. análise das relações entre os diversos segmentos do sistema de ensino e sua repercussão no processo de ensino a fim de promover e acompanhar procedimentos educacionais para atender necessidades de ensino e aprendizagem, individuais e coletivas;
f. desenvolver estudos e pesquisas para analisar as relações homem-ambiente físico, material, social e cultural;
g. promover ações para a integração da relação família – Escola;
h. garantir espaço e tempo de estudo, para formação das equipes técnico-pedagógicas;
i. garantir espaço e tempo para reuniões periódicas das equipes técnico-pedagógicas e o corpo docente para coleta de informações essenciais acerca do desenvolvimento de cada turma e planejamento das ações necessárias que busquem melhorias;
j. orientar o desenvolvimento de práticas pedagógicas que atendam a mudanças na relação estabelecida pela evasão e repetência Escolar;
k. desenvolver programas visando à qualidade de vida e aos cuidados indispensáveis a atividades escolares;
l. assegurar a presença do Orientador Educacional em todas as Unidades Escolares, sendo correspondente ao número de Orientadores Pedagógicos, garantir o número de profissionais adequado nas equipes de Orientação Educacional e Orientação Pedagógica da SME para realização de visitas periódicas às Unidades Escolares;
m. desenvolver projetos que possibilitem a integração e participação da na Escola, em especial pais, mães, responsáveis e Sociedade Civil Organizada;
n. implementar projetos de formação que garantam o efetivo funcionamento

dos Conselhos Escolares e Grêmios Estudantis;

o. implementar ações que possibilitem aos pais, mães, responsáveis e Sociedade Civil informações e esclarecimentos sobre a função do Projeto Político Pedagógico e a inserção de direitos desses na sua construção, participação e acompanhamento;
p. desenvolver ações que possibilitem a reflexão da influência das relações sociais, atitudes e ações no processo de construção da gestão democrática na Escola e sociedade.
q. reorganizar o lotaciograma da Rede, de forma a garantir o trabalho adequado nas Unidades Escolares, em relação ao quantitativo de profissionais;
r. contratar psicólogos educacionais, por meio de concurso público;
s. garantir ao orientador educacional acompanhar as avaliações psicopedagógicas;
t. garantir condições adequadas de trabalho para a equipe técnico-pedagógica, incluindo sala e materiais próprios.

15.4 FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO CONTINUADA E EM SERVIÇO

Considerando que quem conduz o cotidiano da educação são os profissionais da área, é imprescindível que tratemos no PME da formação e valorização desses profissionais. Fazendo uma análise geral da educação brasileira em relação à situação vivida por esses profissionais, constatamos que, em sua grande maioria, as atitudes governamentais demonstram descaso e desrespeito. Temos como indicadores dos problemas: o esvaziamento dos cursos de formação básica, o tratamento inadequado e insuficiente da formação continuada, as condições inadequadas de trabalho, os salários indignos, a indefinição de carreira, entre outros. Vale lembrar, ainda, que há uma intensa política de terceirização sendo aplicada nos sistemas públicos, atingindo diretamente os cargos com menores salários, como os Estimuladores Materno-Infantis, Auxiliares Administrativos. Cargos estes que deverão ser providos por meio de concurso público.

As medidas adotadas ao longo de décadas e as adotadas em função de novos dispositivos legais escamoteiam a realidade vivida pelos profissionais da educação e adiam soluções adequadas e definitivas para atender a qualidade do ensino. Soluções essas que não podem estar submetidas à lógica da produtividade, com punições ou premiações.

Quanto à Legislação, a LDB n°: 9.394/96, em seu artigo 62, determina que *"a formação de docentes para atuar na Educação Básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na Educação Infantil e nas quatro primeiras séries do Ensino Fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal"*. Ainda, no artigo 87, instituída a "Década da Educação", estipula que, até o fim desta, *"somente serão admitidos Professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço"*. O mesmo artigo diz ainda que os Municípios devem *"realizar programas de capacitação para todos os Professores em exercício, utilizando também, para isso, os recursos da educação a distância"*. No entanto, em termos de docência para a Educação Básica, algumas lacunas devem ser apontadas: a LDB não trata das especificidades da formação para a Educação Profissional, para a Educação Especial e para a Educação de Jovens, Adultos e Idosos. Além disso, não inclui, entre os profissionais da educação, os servidores técnicos, administrativos e de apoio ao fazer educacional. Menos ainda considera a necessidade de sua preparação específica para esses fazeres que garantem as condições necessárias ao ensino, à aprendizagem, à gestão das Escolas e sistemas, à manutenção, enfim, do cotidiano Escolar de qualidade.

Lembrando também o documento da CONAE 2010, é importante assegurar que *"a formação dos profissionais da educação deve ser entendida na perspectiva social e consolidada como política pública, tratada como direito e superando o estágio das iniciativas individuais para aperfeiçoamento próprio."* Vale ressaltar que as atividades fundamentais para esse trabalho deveriam ser incentivadas e amplamente divulgadas e oferecidas em diferentes modalidades de ensino.

Quanto à garantia em Lei, temos em Duque de Caxias, o Plano de Carreira dos Profissionais da Educação do Município – Lei 1.070, de 19/09/1991 -, que institui a estruturação das carreiras, assegurando a mudança de níveis pela valorização da formação profissional e ainda pelo tempo de serviço. Garante também a gratificação por regência de turma e de "difícil acesso". Plano este conquistado com muitas lutas dos profissionais da educação organizados por sua entidade sindical no Município, o SEPE - Sindicato dos Profissionais da Educação do RJ -, sindicato este que detém a referência e conquistas das reivindicações da categoria. Além do Plano de Carreira, a Lei 1506, de 14/01/2000 – Estatuto dos Servidores do Município de Duque de Caxias - institui o regime jurídico, abordando direitos e vantagens, no que tange à formação, garante a

licença para estudos sem prejuízo salarial. É importante ressaltar que essa garantia em Lei foi fruto de muitas reivindicações dos profissionais da educação pelo direito à formação e qualificação.

A defesa da necessidade de valorização dos profissionais da educação é fator fundamental para a melhoria da qualidade de ensino. Para isso, o Plano Municipal de Educação propõe Políticas Públicas que garantam a valorização, formação permanente dos profissionais, pensada como processo, inicial e continuado, juntamente com a melhoria das condições salariais e de trabalho. Sem perder de vista esses dois últimos aspectos que incidem sobre todos os profissionais da educação, independentemente de suas funções ou áreas de atuação, há de se considerar, sobretudo, para a Educação Infantil e Ensino Fundamental, todo um conjunto de necessidades de formação aos que atuam na educação.

Quanto à formação continuada, a maioria dos profissionais prefere que esta aconteça tanto dentro quanto fora da Escola; porém, em relação ao horário, as opiniões se dividem entre "fora do horário de trabalho, influenciando no Plano de Cargos e Salários sem remuneração", e "dentro do horário de trabalho".

	Educação Infantil		Anos Iniciais do Ensino Fundamental		Anos Finais do Ensino Fundamental		Ensino Médio	
olas Municipais	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
tro da Escola								n/a
a da Escola		10,17		28,36		21,05		n/a
bos		88,98		64,93		77,19		n/a
al		**100,00**		**100,00**		**100,00**		**n/a**
olas Estaduais	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
tro da Escola								6,82
a da Escola				21,05		14,81		15,91
bos				73,68		79,63		77,27
al				**100,00**		**100,00**		**100,00**
olas Privadas	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
tro da Escola								0,00
a da Escola				18,18		15,00		14,29
bos		90,48		77,27		80,00		85,71
al		**100,00**		**100,00**		**100,00**		**100,00**
atório Geral	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
tro da Escola								5,17
a da Escola				26,29		17,56		15,52
bos		89,21		67,43		78,63		79,31
al		**100,00**		**100,00**		**100,00**		**100,00**

Tabela – Níveis de ensino e a formação continuada. Dados 2011

Em relação aos grupos de estudo, é interessante observar que, na Educação Infantil e no 1° segmento do Ensino Fundamental, a grande maioria dos profissionais faz Grupo de Estudo, porém isso não acontece para parte dos profissionais do 2° segmento do

Ensino Fundamental (24%) e do Ensino Médio (39%).

A avaliação que aqui precisamos fazer é se a formação continuada necessária, implementada hoje, seja dentro ou fora das Escolas, atende aos profissionais da educação em Duque de Caxias. A formação é assumida de fato como política pública, assegurando-se inclusive financiamento para sua implementação?

A sociedade exige cada vez mais dos educadores, porém as condições de trabalho e de remuneração interferem no desempenho e dedicação desses profissionais, tornando-se uma profissão não tão atrativa quanto outras com melhores condições de trabalho. Já em 1996, a UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - e a OIT - Organização Internacional do Trabalho – adotaram uma recomendação conjunta, relacionada com a situação dos profissionais da educação, na qual afirmam que *"a situação do pessoal docente deveria corresponder às exigências da educação, subordinadas com clareza às finalidades e aos objetivos docentes; para se alcançar de forma completa estas finalidades e objetivos, é necessário que os educadores desfrutem de uma situação justa e que a profissão docente goze do respeito público que merece"*.

Em Duque de Caxias, evidenciam-se alguns aspectos nas condições de trabalho, que exemplificamos como principais, pois interferem diretamente no desempenho dos profissionais: precariedade nas condições físicas das Escolas; número excessivo de estudantes na mesma sala de aula; sobrecarga de trabalho para compensar a baixa remuneração salarial. Assim, esses indicadores necessitam também ser tratados quando formulamos a política de valorização profissional.

Nesse contexto, a construção de políticas que atendam às demandas de formação inicial e continuada, condições de trabalho, salário e carreira devem integrar-se, pautadas pela concepção de educação como processo construtivo e permanente.

Diretrizes

a. Políticas Públicas de formação dos profissionais da educação que assegurem o seu desenvolvimento, contribuindo, assim, para o comprometimento com a melhoria da qualidade de ensino, com vistas ainda ao avanço científico e tecnológico;
b. formação continuada dos profissionais da educação pública, tanto docentes como funcionários, garantida pelo poder público, assegurando o financiamento

dos programas, a sua manutenção como ação permanente e a busca de parcerias com universidades públicas;

c. formação continuada dos profissionais da educação como objetivo geral e finalidade a reflexão sobre a prática educativa e a busca dos mecanismos necessários e adequados ao seu aperfeiçoamento técnico, ético e político;
d. programas de educação a distância para formação suplementar, predominando prioritariamente cursos presenciais;
e. cumprimento e respeito ao Plano de Carreira dos Profissionais da Educação de Duque de Caxias, tanto da rede Municipal como estadual;
f. não atrelamento de nenhuma avaliação de desempenho a políticas de promoção salarial;
g. avaliação pedagógica do docente considerada na perspectiva de superação de suas dificuldades, de continuidade de sua formação e da consequente melhoria do desempenho discente, apresentando-se como instrumento de valorização profissional e aprimoramento da qualidade social da educação;
h. avaliação da Unidade Escolar democrática, isto é, elaborada com participação do Sindicato dos Profissionais de Educação, representantes dos Conselhos Escolares e outras entidades da Sociedade Civil, sendo aplicada somente após a aprovação de seu modelo e seus fins por esses órgãos de representação coletiva.

Metas

a. garantir, até 2016, a contratação de todos os profissionais da educação, em regime estatutário por concurso público, em número suficiente que supra o déficit das funções necessárias para atender à demanda da educação em Duque de Caxias;
b. incorporar, até 2016, todos os abonos e gratificações aos salários de Professores e funcionários, respeitando os atuais Planos de Carreira do Magistério e dos funcionários administrativos da educação;
c. valorizar, até 2016, o salário dos profissionais da educação, tendo como meta chegar ao piso salarial inicial com um valor equivalente a cinco salários mínimos nacionais para Professores e três salários mínimos e meio para

funcionários administrativos, garantindo a manutenção da carga horária atual;

d. garantir a manutenção do dispositivo constitucional (art. 40), no que se refere à isonomia salarial entre o pessoal da ativa e os/as aposentados;
e. garantir a preservação do poder aquisitivo por meio da reposição das perdas salariais, tendo como parâmetro o indicador inflacionário do DIEESE (anual), na data base (maio);
f. realizar concurso público imediato para contratação (até 2016), em regime estatutário de funcionários (estimulador materno-infantil, merendeiras, serventes, cuidadores, porteiros, auxiliares administrativos e apoio em geral), valorizando o tempo de serviço na função concorrida, por meio de prova de títulos, para suprir a demanda atual;
g. garantir a formação continuada dos profissionais da educação, que se caracterizará principalmente por encontros coletivos, organizados a partir das necessidades indicadas por esses profissionais, dentro ou fora das Escolas onde atuam, com periodicidade determinada, dentro do horário de trabalho. Quando realizado fora do horário de trabalho, a formação deverá ser remunerada, assegurando o atendimento à turma por Professor substituto, sem prejuízo para o corpo discente;
h. assegurar o planejamento dos docentes de acordo com o Projeto Político Pedagógico da Escola, dentro do horário de trabalho, correspondendo a um terço da jornada, podendo ser realizado fora do espaço Escolar;
i. garantir no Currículo do 1° segmento do Ensino Fundamental, as disciplinas de Educação Física, Artes, Música, Informática e Língua Estrangeira com profissionais habilitados a partir de concurso público, até 2016, para suprir tais necessidades;
j. garantir um número máximo de estudantes por turma e por Professor, até 2016, respeitando, dentro da sala, o máximo de 1 estudante por m^2; Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental: 20 estudantes por Professor; Nos Anos Finais do Ensino Fundamental: 25 estudantes por Professor; No Ensino Médio e Superior: até 30 estudantes por Professor.
k. rever a grade curricular e respectiva carga horária das disciplinas trabalhadas nas Escolas públicas de Duque de Caxias, tendo em vista seu enriquecimento;
l. criar Centros de Referência com bibliotecas e Salas de Informática Educativa

com internet e equipamentos, visando atender à formação dos profissionais da educação e comunidade Escolar, assim como equipar as Unidades Escolares com suporte tecnológico para execução satisfatória das tarefas administrativas e pedagógicas desses profissionais até 2016;

m. garantir cursos específicos para Conselheiros de Políticas Públicas que atuam direto com as demandas da educação – CME – Conselho Municipal de Educação -; FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - e CAE – Conselho de Alimentação Escolar, subsidiando sua atuação no controle social;

n. garantir cursos de formação específicos direcionados aos pais, mães, responsáveis e Sociedade Civil Organizada, principalmente aos que atuam nos Conselhos Escolares, em parceria com a APAEP – Associação de Pais e Amigos da Escola Pública de Duque de Caxias, subsidiando a atuação da comunidade Escolar, tendo a Escola autonomia para definir as temáticas dos cursos;

o. assegurar que toda Unidade Escolar tenha opção de encaminhamentos à equipe multidisciplinar (fonoaudiólogos, psicólogos, assistentes sociais e outros);

p. incentivar a pesquisa e estágios dos profissionais em formação dentro das Escolas da rede;

q. garantir a concessão de licenças para estudos a todos os profissionais concursados;

r. assegurar, por meio de lei Municipal, que toda Unidade Escolar realize, como forma de autonomia, a eleição direta para Diretores;

s. assegurar licença para mandato classista dos trabalhadores/as em educação que atuam como dirigentes em sindicatos, confederação e/ou central sindical, que pertençam às redes estadual e Municipal de Duque de Caxias, sem prejuízo da remuneração;

t. garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da Educação de que tratam os incisos I, II, III do caput do artigo 61 da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os Professores e as Professoras da Educação Básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de Licenciatura na área de

conhecimento que atuam;

u. formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos Professores da Educação Básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos(as) os(as) profissionais da Educação Básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualização dos sistemas de ensino;

15.5 ESTRUTURA, FINANCIAMENTO, FUNCIONAMENTO E CONTROLE SOCIAL DA EDUCAÇÃO

É mais do que sabido que falta investimento na educação pública brasileira, bem como a má administração dos recursos públicos existentes e a falta de transparência na prestação de conta dos gastos. A manutenção dos investimentos públicos em educação em torno dos 4% do PIB na última década levou nosso sistema educacional à estagnação em termos de qualidade. Seja qual for o critério utilizado, a educação pública no Brasil carece de recursos que possibilitem a realização de um necessário salto de qualidade.

De acordo com a Constituição Federal (CF) de 1988, os governos são obrigados a aplicar um percentual mínimo de alguns impostos em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE). A União (o Governo Federal) é obrigada a aplicar no mínimo 18%, e os Estados, DF (Distrito Federal) e Municípios, 25%. Algumas Constituições Estaduais (Rio de Janeiro, por exemplo) e leis orgânicas municipais previam percentuais mínimos maiores, mas tiveram tais percentuais diminuídos por emendas de vereadores insensíveis à causa da educação. Em Duque de Caxias, isso aconteceu, embora com um artifício linguístico, pois os vereadores mantiveram os 35% previstos na Lei Orgânica de 1990, porém substituíram a expressão "pelo menos" antes dos 35% pela preposição "até", o que significa que o percentual deixou de ser mínimo (como previsto em todas as Constituições) e passou a ser máximo.

Analisando a prática, a situação é ainda pior. Embora aparentemente cumprindo os mínimos constitucionais obrigatórios, os orçamentos municipais revelam que a educação no Município vem recebendo menos recursos percentuais em relação ao total da receita orçamentária do Município, ou seja, diante dos desafios educacionais que se colocam para o Município, urge alocar mais recursos para que uma efetiva educação de qualidade socialmente referenciada seja oferecida aos cidadãos de nossa cidade.

Uma primeira medida que precisa ser implementada imediatamente é a forma de contabilização dos recursos que o Município ganha com o FUNDEB. Como se sabe, o FUNDEB é um Fundo composto por 20% de uma série de impostos que são depositados para serem posteriormente redistribuídos aos Municípios e estados de acordo com o número de estudantes matriculados na sua rede pública. O ganho do FUNDEB é a diferença entre o que governo contribui (20% de vários impostos) e o que recebe de volta. Exemplo: se ele contribui com R$ 1 milhão e recebe R$ 1,5 milhão, ele ganha R$ 500 mil, que deveriam ser acrescidos ao mínimo dos 25%. Duque de Caxias sempre recebeu recursos adicionais por esta conta. Tradicionalmente, o Município recebe o dobro do valor que deposita no Fundo. Significa dizer que dos mais de 140 milhões de reais recebidos via FUNDEB, no ano de 2009, cerca de 70 milhões são recursos adicionais que não deveriam estar contabilizados para se chegar ao mínimo constitucional de aplicação de 25% dos impostos em educação, mas acrescidos a esses recursos para ampliar os investimentos em educação.

Um segundo elemento é a elevação dos investimentos com recursos próprios do governo Municipal. Para se respeitar o desejo da Lei Orgânica Municipal de 1990, faz- se necessário modificar a legislação para retornarmos aos 35% de investimentos em educação. Cabe ressaltar que tal proposta está de acordo com aquilo que foi recentemente aprovado na CONAE, quando, por unanimidade e no sentido de ampliar os recursos destinados à educação no Brasil, aprovaram a elevação dos recursos em cada Ente Federado: União, de 18% para 25%; Estados e Municípios, de 25% para 30% e não mais apenas dos impostos, mas de todos os tributos. Nesse sentido, aprovar uma progressiva e efetiva elevação do montante de recursos próprios aplicados em educação certamente criará, em conjunto com outras medidas apontadas neste Plano, as condições para a melhoria da qualidade da educação em Duque de Caxias.

Cabe ressaltar aqui outro aspecto em consonância com o aprovado pela CONAE: verba pública somente para financiamento da educação pública. É preciso urgentemente proceder à regulamentação desse princípio em nosso Município, pois as transferências de verbas, por meio de bolsas de estudo ou de outros incentivos, retiram recursos das Escolas públicas, ferindo, assim, os mais básicos preceitos morais da administração pública. É preciso extinguir a bolsa de estudo, construir novas Escolas, reformar e ampliar as já existentes, para atender a demanda de matrículas novas, visto que o Município cresce a cada ano.

O terceiro e mais decisivo aspecto relativo ao financiamento da educação pública

está na implementação, em nosso Município, do Custo Aluno Qualidade (CAQ) como parâmetro para os investimentos em educação. É fundamental sairmos da dinâmica de ver quanto tempo para aplicar em educação e iniciarmos um novo estágio, onde o importante é pensar o quanto precisamos aplicar para termos uma educação de qualidade.

Nesse sentido, a partir dos artigos 206, VII e 211, parágrafo 1° da Constituição Federal e do artigo 4°, inciso 9° da LDB, o Conselho Nacional de Educação elaborou a Resolução n° 8, de 5 de maio de 2010, que procura dar concretude ao chamado Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQI). A Resolução estabelece que:

> *a) o custo aluno-qualidade seja a referência política para que gestores públicos organizem suas respectivas redes de ensino para que as mesmas atendam ao padrão mínimo de qualidade exigido pela Constituição Federal;*
>
> *b) esse CAQI é considerado inicial e seria suficiente para auxiliar o país a alcançar patamares de desempenho próximos aos vivenciados nos países desenvolvidos;*
>
> *c) o custo dessa qualidade é calculado a partir de uma matriz que leva em consideração a construção e os equipamentos, insumos materiais e pedagógicos e valorização dos profissionais da educação;*
>
> *d) cada etapa ou modalidade é tratada de acordo com sua especificidade, ou seja, existem vários valores de qualidade;*
>
> *e) a matriz pressupõe uma dada relação quantitativa Professor x aluno, assim como trabalha com um tamanho de referência de Escolas e quantitativo de estudantes por turma;*
>
> *f) além de determinar os insumos fundamentais para garantir a aprendizagem dos estudantes, a norma determina quais serão os percentuais do PIB (Produto Interno Bruto) per capita a serem utilizados anualmente para corrigir o valor do CAQI para cada etapa da Educação Básica: creche – 39,0%; pré-Escola – 15,1%; Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1° ao 5° ano) urbano – 14,4%; no campo - 23,8%, Anos Finais do Ensino Fundamental (6° ao 9° ano) urbano – 14,1%; no campo – 18,2% e Ensino Médio – 14,5%;*

> *g) com esses percentuais, os valores do CAQI com base no PIB per capita de 2008 são R$ 5.943,60 para a creche, R$ 2.301,24 para a pré-Escola, R$ 2.194,56 para o Ensino Fundamental urbano de séries iniciais (R$ 3.627,12 para o campo), R$ 2.148,84 para o Ensino Fundamental urbano de séries finais (R$ 2.773,68 para o campo) e R$ 2.209,80 para o Ensino Médio.*

Com a aprovação, o CAQI passa a ser tratado como referência para o financiamento da Educação Básica pública e como fonte para a definição dos padrões mínimos de qualidade previstos na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e na Constituição Federal. Assim, também o Município de Duque de Caxias deverá utilizar esses valores como patamares mínimos para o financiamento da educação pública.

Diretrizes

a. garantir aumento de recursos para o financiamento da educação pública no Município de Duque de Caxias de modo a possibilitar o salto de qualidade necessário para a educação em nosso Município; deixar claro o percentual da receita oriunda de impostos aplicados atualmente em educação: superar o mínimo de 35% destinado para a educação;
b. garantir o efetivo controle social das verbas destinadas à educação pública para sua maior transparência, fiscalização e maior democracia em sua aplicação, incluindo prestação de contas periódica em instrumentos de domínio público (jornais, internet e outros meios de comunicação);
c. efetivar a responsabilização administrativa e fiscal dos gestores públicos que não executem a integralidade dos recursos orçamentários à educação com perda de mandato nos termos da legislação em vigor (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com amparo no Capítulo II do Título VI da Constituição), inclusive para os gestores que não cumpram os percentuais para a manutenção e desenvolvimento do ensino previstos nas Constituições e Leis Orgânicas.

Metas

Reformular, ainda no ano de 2015, a metodologia de contabilização das verbas oriundas do FUNDEB, de forma a retirar do cálculo do mínimo constitucional para:

a. ampliar progressivamente os recursos próprios investidos pelo governo Municipal em Escola Pública, considerando-se a totalidade das receitas do Município, nunca menos do que 35% de todas as receitas aplicadas em Escola Pública no ano de 2015. Para o cumprimento dessa meta, deve-se apurar quanto falta e, em termos percentuais, cumprir a meta na razão de um quarto por ano. Retorno ao texto original de lei orgânica de 1990;
b. elevar os gastos públicos em educação de forma a atender ao Custo Aluno Qualidade Inicial no ano de 2015; criar o "Portal da Transparência", onde todos os gastos com quaisquer projetos educacionais, questões orçamentárias da educação fossem informados a toda comunidade Escolar e atualizar as informações do portal mensalmente;
c. assegurar o pleno funcionamento do Conselho Municipal de Educação, do FUNDEB e de Alimentação Escolar, com autonomia, orçamento e infraestrutura adequados e divulgação pública de suas avaliações, com representação paritária e pleno acesso às informações necessárias à execução de suas funções a partir de 2015;
d. tornar pública a quantidade e a localização das bolsas de estudo concedidas pelo Governo Municipal em Escolas particulares existentes atualmente, assegurando a transparência na data de seu término, garantindo a não renovação ou substituição, até 2014 e de extinguir esse benefício, até 2015. Fazendo-se necessária, então, a construção com acessibilidade de Escolas e reforma das existentes como forma de ampliação do número de vagas oferecidas na rede Municipal de Duque de Caxias;
e. aprovar Lei que impeça o retorno da concessão de bolsa de estudo;
f. garantir a transparência nos processos de licitação e chamada pública para aquisição da alimentação Escolar, com acompanhamento efetivo do CAE – Conselho de Alimentação Escolar - desde a publicação dos editais à concorrência de preços, definição dos fornecedores e entrega dos gêneros.

15.6 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

O Plano Municipal de Educação prevê, para um período de dez anos, a execução de ações que necessitam de acompanhamento e avaliações periódicas.

A avaliação do PME deve valer-se também da análise dos dados qualitativos e quantitativos. O principal objetivo da avaliação e acompanhamento será verificar o andamento e a implementação das atividades propostas, considerando as adaptações e medidas corretivas assim que novas exigências forem aparecendo.

O Plano Municipal de Educação será acompanhado e avaliado durante todo o período de sua execução pelo Conselho Municipal, que elegerá uma comissão executiva composta por Conselheiros: Representantes Governamentais (50%) e Sociedade Civil (50%), pelo Fórum Municipal em Defesa da Educação e pela Conferência Municipal de Educação, realizada a cada dois anos, sendo a segunda em 2016.

O processo de acompanhamento e avaliação do Plano Municipal de Educação deverá iniciar em 2015 e será objeto de debate de todas as Unidades Escolares e entidades, garantido no planejamento do início do ano letivo e nos grupos de estudos no decorrer do ano, conforme organização das Escolas e entidades, devendo ser elaborado relatório ao Conselho Municipal de Educação, a ser entregue em período anterior à Conferência Municipal de Educação, conforme calendário a ser divulgado pelo CME.

O CME deverá constituir um *site*, onde as informações relativas à pauta e ao calendário de reuniões ordinárias do mesmo fiquem disponibilizada *on-line* aos interessados, além de manter atualizado os informes acerca do acompanhamento e avaliação do PME.

15.7 EMENDAS ADITIVAS

15.7.1 Supervisão Educacional

Diagnóstico

Na década de 30, por conta da preocupação da formação dos Professores para a Escola secundária, surgiu o curso de Pedagogia com a criação da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, por meio do Decreto-Lei nº 1190, de 4 de abril de

1939. Essa Faculdade formava bacharéis e licenciados em várias áreas.

A década de 60 foi um período em que o Curso passou por um processo de definição das especializações. A Pedagogia passou a formar os especialistas em Educação: Supervisor Escolar, Orientador Educacional, Administrador Escolar e Inspetor Escolar.

A Supervisão Educacional foi oficializada com a LDB de 71, mas a ideia de Supervisão existia desde o Período Colonial, quando foi organizado o primeiro Sistema Educacional Brasileiro.

Em 1964, com a Ditadura Militar, a educação passou a ser oferecida nos moldes da pedagogia tecnicista. O autoritarismo e a repressão são os alicerces dessa pedagogia, o trabalho é fragmentado e mecanicista. O Supervisor Educacional exercia sua função como controlador, coordenando e direcionando o trabalho, como função técnica.

Na década de 80, a luta operária ganha força, e os Professores lutam pela reconquista do direito de participar da definição da Política Educacional. A Pedagogia crítica ganha espaço e o fazer pedagógico está voltado para o ser humano e sua valorização na sociedade. O papel do Supervisor está centrado numa perspectiva crítica como agente social; sua missão principal é transformar sujeitos e mundos em *"alguma coisa melhor"* (Brandão, 1995).

O Supervisor passa a ter uma ação reflexiva, política, consciente, crítica, inovadora, transformadora e libertadora. Ao Supervisor Educacional cabe fortalecer as relações, atuando como mediador, numa ação reflexiva, transformadora e comprometida com a mudança para oportunizar a troca de experiências e possibilitar uma nova prática educativa nas nossas Unidades Escolares.

Constitui-se num trabalho profissional que tem o compromisso, juntamente com as equipes técnico-pedagógicas, docentes, discentes e administrativas (funcionários de secretaria e apoio Escolar), de garantir os princípios de liberdade e solidariedade humana, no pleno desenvolvimento do educando, no seu preparo para o exercício da cidadania e, para isso, assegurar a qualidade de ensino, da educação e da formação humana.

Diretrizes

Rompendo com o paradigma histórico de controle exercido pela Supervisão Educacional e atendendo à crescente demanda do acesso do aluno aos sistemas educacionais e sua permanência neles, a Divisão de Supervisão Educacional da Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias implementa ações pedagógicas e

administrativas de acordo com Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, respeitando e atendendo as características e necessidades de cada Escola. Pautando-se no trabalho participativo em busca do desenvolvimento da autonomia das Unidades Escolares, num clima democrático e integrador, dentro do que é preconizado nos documentos oficiais que regulamentam a Educação Nacional e Municipal. A organização do trabalho da Supervisão Educacional se sistematiza por meio de visitas regulares às Unidades Escolares e no seu atendimento.

Objetivos e Metas da Supervisão Educacional

a. pesquisar e orientar estratégias para a construção e/ou atualização do Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar em consonância com a proposta pedagógica da rede;
b. participar e acompanhar a organização e execução do Plano de ação da equipe técnico-pedagógica;
c. acompanhar sistematicamente e sugerir materiais que possam respaldar o trabalho da equipe técnico-pedagógica quanto ao/à:

- - Planejamento;
- - Grupo de Estudos;
- - Conselho de Classe;
- - Distorção ano de escolaridade/ idade;
- - Cumprimento do calendário Escolar.

d. oferecer formação continuada para os Professores Especialistas de acordo com as demandas de trabalho e encaminhamentos da SME;
e. fundamentar os estudos para a discussão e revisão do Regimento Escolar da rede Municipal de Duque de Caxias;
f. promover estudos, junto com a equipe técnico-pedagógica, dos Pressupostos Teóricos que embasam a Proposta Pedagógica da rede Municipal de educação de Duque de Caxias;
g. viabilizar a formação continuada dos Professores especialistas e funcionários administrativos das Unidades Escolares, promovendo a articulação entre teoria e prática de acordo com a proposta pedagógica da rede e Regimento

Escolar;

h. organizar a jornada administrativa para os profissionais que atuam na secretaria e o gestor da Unidade;
i. orientar a organização e atualização dos arquivos e documentos das Unidades Escolares:

- - legislações;
- - documentos Escolares;
- - certificação do 9º ano.

j. arquivar e zelar pela guarda dos documentos Escolares nos arquivos da Divisão de Supervisão Educacional;
k. cumprir e divulgar a legislação e normas vigentes;
l. acompanhar o trabalho administrativo das Unidades Escolares;
m. realizar levantamento sistemático da carência de funcionários das Escolas e encaminhar à SME para medidas cabíveis;
n. verificar arquivos Escolares;
o. promover nas Escolas processo de incineração de documentos;
p. atender a casos específicos ocorridos nas Unidades, tais como denúncias, conflitos pedagógicos e relações interpessoais;
q. atender ao público que busca orientações na SME;
r. desenvolver ações de apoio que busquem elevar a qualidade do ensino no Município de Duque de Caxias.

Função do Orientador Pedagógico

a. promover a articulação teoria e prática, sob a perspectiva de *Processo,* em parceria com toda comunidade de acordo com o Projeto Político-Pedagógico da Unidade Escolar;
b. promover a integração entre o Corpo Docente, Discente e Administrativo, contribuindo para a melhoria da Ação Educativa, fundamentada no Projeto Político-Pedagógico da Unidade Escolar;

c. orientar e regularizar a vida Escolar dos alunos observando as determinações da Lei 9394/96 e demais disposições legais pertinentes;
d. encaminhar à Secretaria de Educação os documentos solicitados;
e. orientar, acompanhar e assinar os relatórios descritivos dos alunos, os diários de classe e documentos afins; desenvolver procedimentos que contribuam para o conhecimento/interação na relação Professor-aluno em situação Escolar específica efetivando a implementação de metodologia de ensino que favoreça a aprendizagem e desenvolvimento;
f. realizar o acompanhamento qualitativo das turmas e buscar diretrizes e estratégias para melhoria dos resultados de baixo desempenho;
g. oportunizar a reflexão docente acerca do papel da Escola, tendo em vista a construção de uma Escola democrática e participativa em todas as suas relações internas e externas;
h. promover a integração entre a Unidade Escolar e os projetos e ações da Secretaria Municipal de Educação;
i. cumprir e divulgar a legislação e normas vigentes;
j. pesquisar e orientar estratégias para a construção e/ou atualização do Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar em consonância com a proposta pedagógica da rede;
k. atender, juntamente com o Orientador Educacional, a casos específicos ocorridos na Unidade, tais como denúncias, conflitos pedagógicos e relações interpessoais.

15.7.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DO LIVRO E DA LEITURA

No âmbito do Município de Duque de Caxias, há indícios consideráveis de que o panorama nacional se reproduza em nível local. No que se refere, por exemplo, aos indicadores educacionais aferidos pelos sistemas de avaliação implementados pelo Ministério da Educação, verifica-se que o IDEB do Município, ainda que tenha avançado nas duas últimas análises, apresentou, em 2007, média inferior à média nacional. No que tange à questão do acesso ao livro, as dificuldades se repetem. O Município de Duque de Caxias possui apenas quatro bibliotecas públicas para seus cerca de 870 mil habitantes. O quantitativo de livrarias é também reduzido e muito inferior ao padrão estabelecido pela

UNESCO de um estabelecimento para cada dez mil habitantes. Quanto às bibliotecas Escolares, o Levantamento realizado por ocasião da preparação deste Plano constatou a falta ou precariedade de bibliotecas em 80%, e de salas de leitura em 72% das Escolas da cidade (não há informações precisas quantos ao número de bibliotecas comunitárias à disposição da população de Duque de Caxias).

O Município de Duque de Caxias ainda não possui bibliotecas Escolares em todas as suas Unidades Escolares públicas (Municipais, Estaduais e Federais) e privadas nem apresenta os espaços de leitura suficientes à disposição dos estudantes, além de necessitar de aumento e diversificação nos acervos existentes.

Diretrizes

O quadro apresentado anteriormente, embora constitua apenas um esboço da questão da leitura e do livro no Município de Duque de Caxias, oferece elementos suficientes para contextualizar e justificar a proposição de ações e estratégias que visem ao incremento da política Municipal de incentivo à leitura e formação de leitores. Nesse sentido, é importante explicitar os pressupostos sobre os quais a construção desta política deve se fundamentar, quais sejam:

15.7.2.1 a leitura e a escrita são encaradas aqui como práticas essencialmente sociais e culturais, expressão da multiplicidade de visões de mundo, esforço de interpretação que se reporta a amplos contextos;

15.7.2.2 a leitura e a escrita constituem elementos fundamentais para a construção de sociedades democráticas, baseadas na diversidade, na pluralidade e no exercício da cidadania;

15.7.2.3 a leitura e a escrita são, na contemporaneidade, instrumentos decisivos para que as pessoas possam desenvolver de maneira plena seu potencial humano e caracterizam-se como fundamentais para fortalecer a capacidade de expressão da diversidade cultural dos povos, favorecendo todo tipo de intercâmbio cultural; são requisitos indispensáveis para alcançar níveis educativos mais altos; apresentam-se como condição necessária para o desenvolvimento social e econômico;

15.7.2.4 a concepção de leitura focalizada aqui é aquela que ultrapassa o código da escrita alfabética e a mera capacidade de decifrar caracteres, percebendo-a como um

processo complexo de compreensão e produção de sentidos, sujeito a variáveis diversas, de ordem social, psicológica, fisiológica, linguística e outras;

15.7.2.5 ao reafirmar a centralidade da palavra escrita, não se desconsideram a validade de outros códigos e linguagens, as tradições orais e as novas textualidades que surgem com as tecnologias digitais;

15.7.2.6 no contexto atual, é imperativo que a leitura seja tratada no diálogo com as diversas tecnologias de gravação - suportes de leitura - entre os quais o livro se encontra.

A biblioteca não é concebida aqui como um mero depósito de livros, como muitas vezes tem-se apresentado, mas assume a dimensão de um dinâmico polo difusor de informação e cultura, centro de educação continuada, núcleo de lazer e entretenimento, estimulando a criação e a fruição dos mais diversificados bens artístico- culturais; para isso, deve estar sintonizada com as tecnologias de informação e comunicação, suportes e linguagens, promovendo a interação máxima entre os livros e esse universo que seduz as atuais gerações.

Entre as muitas possibilidades de textos que podem ser adotados no trabalho com a leitura, a literatura merece atenção toda especial no contexto aqui desenhado, dada a enorme contribuição que pode trazer para uma formação vertical do leitor. Tal literatura é concebida dentro dos princípios da liberdade, da criação e da autonomia literária - como experiência existencial viva, expressão e engrandecimento do indivíduo e das culturas, prazer e fruição, reflexão sobre o sentido da vida e da saga humana, exploração dos múltiplos aspectos do ser e da condição humana, busca do belo, risco estético, transformação da pessoa e do mundo.

Considera-se fundamental garantir que pessoas com necessidades especiais, como as visuais, auditivas e motoras, tenham acesso a livros e outros materiais de leitura, valorizando ações como a versão ou a tradução, em libras e em Braille, das obras em circulação, permitindo a inclusão desses potenciais leitores nas Escolas regulares.

A política para o livro e a leitura deve considerar também as diversas autorias e a criação literária, além das questões de fomento do setor editorial e livreiro.

Objetivos e Metas

O objetivo central da política de estado aqui delineada é o de assegurar e democratizar o acesso à leitura e ao livro a toda a sociedade, com base na compreensão de que a leitura e a escrita são instrumentos indispensáveis na época contemporânea para

que o ser humano possa desenvolver plenamente suas capacidades, seja no nível individual, seja no âmbito coletivo. Há a convicção de que somente assim é possível que, na sociedade da informação e do conhecimento, ele exerça de maneira integral seus direitos, participe efetivamente dessa sociedade, melhore seu nível educativo (em amplo sentido), fortaleça os valores democráticos, seja criativo, conheça os valores e modos de pensar de outras pessoas e culturas e tenha acesso às formas mais verticais do conhecimento e à herança cultural da humanidade. Esse direcionamento está estabelecido no Plano Nacional do Livro e da Leitura, instituído em 2006 pelos Ministérios da Cultura e da Educação. O PNLL define as diretrizes para as Políticas Públicas voltadas à leitura e ao livro no Brasil, e pauta todos os investimentos feitos pelo MINC e pelo MEC no setor, ressaltando-se que, futuramente, o PNLL será um dos requisitos exigidos pelos dois ministérios citados para apoio a ações e participação em editais e demais programas de incentivo do governo federal, sobretudo com os recursos oriundos de fundos públicos.

Nesse sentido, são estabelecidos os seguintes objetivos a serem perseguidos por todos os indivíduos e instituições envolvidos com a educação no Município de Duque de Caxias:

a. construir o Plano Municipal do Livro e da Leitura, que deve ser o documento, formulado em conjunto entre estado e sociedade, que define o conjunto de ações na área do livro, leitura, literatura e bibliotecas a ser desenvolvido continuadamente no Município;
b. implantar bibliotecas Escolares em todas as instituições de ensino públicas e privadas de Duque de Caxias, em atendimento à Lei 12.244, de 24 de maio de 2010, que estabelece o prazo máximo de dez anos para a universalização das bibliotecas Escolares e define como obrigatório o acervo mínimo de 1 livro por aluno matriculado;
c. aprimorar os espaços de leitura existentes na cidade, aparelhando-os com livros em Braille, livros digitais, audiolivros, computadores conectados à internet, jornais, revistas e outras publicações periódicas e transformando-os em centros de ampla produção e irradiação cultural;
d. formar leitores, buscando de maneira continuada o substantivo aumento do índice Municipal de leitura (número de livros lidos por habitante/ano) em todas as faixas etárias e do nível qualitativo das leituras realizadas;
e. elevar significativamente o índice de empréstimos de livros em bibliotecas;
f. apoiar a abertura de bibliotecas comunitárias (periferias urbanas, morros,

hospitais, creches, igrejas, zonas rurais, clubes de serviços, ONGs, entre outros);

g. criar e apoiar salas de leitura, bibliotecas circulantes e "pontos de leitura" (ônibus, vans, peruas, trens, barcos e outros meios de transporte), atividades de leitura em parques, centros comerciais, aeroportos, estações de metrô, trem e ônibus. Leitura em hospitais, asilos, penitenciárias, praças e consultórios pediátricos, leitura com crianças de rua, espaços de leitura nos locais de trabalho;

h. fomentar programas de capacitação de educadores, bibliotecários e outros mediadores da leitura, por meio de projetos especiais com universidades e centros de formação de Professores. Cursos de formação de Professores com estratégia de fomento à leitura e de estudantes que se preparam para o magistério em literatura infanto-juvenil. Ampla utilização dos meios de educação a distância para formação de promotores de leitura em Escolas, bibliotecas e comunidades;

i. incentivar e apoiar a criação de projetos para fomentar a leitura: rodas da leitura, atividades de formação do leitor na Escola, clubes de leitura, atividades de leitura em comunidades tradicionalmente excluídas (indígenas, quilombolas entre outros), mediadores de leitura e contadores de histórias, por meio de performances poéticas, rodas literárias e murais, oficinas de criação literária para crianças e jovens, encontro com autores;

j. realizar, bienalmente, uma Feira do Livro de grande porte, aberta a toda a população do Município, alternando a mesma nos quatro distritos e garantindo verba às Unidades Escolares para a compra de livros;

k. valorizar a produção literária e editorial no Município;

l. estimular a criação de redes de leitura e de escrita;

m. promover estudos e pesquisas na área do livro e da leitura em nível Municipal;

n. garantir espaço físico para a Sala de Leitura em todas as Unidades Escolares até 2018.

16 BIBLIOGRAFIA

ABREU, Maurício de Almeida (org.). *Natureza e sociedade no Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: PCR/SMCTE/DGDIC/DE, 1992.

ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução urbana do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: IPLAN Rio/Jorge Zahar, 1988.

ALVES, José Claudio. *Baixada Fluminense: A Violência na Construção do Poder.* São Paulo: USP, 1998. Tese de Doutorado.

ALVES, José Claudio. Igreja Católica: Opção Pelos Pobres, Política e Poder. O Caso da Paróquia do Pilar. Rio de Janeiro: PUC, 1981. Dissertação de Mestrado.

AQUINO, Júlio G. Indisciplina na Escola: alternativas históricas e práticas. São Paulo: Summus, 1996.

ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *Memórias históricas do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, vv. 1, 2 e 3.

BARACHO, Maria das Graças. ; MOURA, Dante. Henrique. ; PEREIRA, Ulisséia. Ávila; SILVA, Antônia. Francimar. Algumas reflexões e proposições acerca do ensino médio integrado à educação profissional técnica de nível médio. IN: Ensino médio integrado à educação profissional: integrar para quê? Brasília: Ministério da educação, 2006, p. 17-39.

BELOCH, Israel. Capa Preta e Lurdinha: Tenório Cavalcanti e o povo da Baixada Fluminense. Rio de Janeiro: Record, 1986.

BERNARDES, Lysia M. C. e SOARES, M. T. S. *Rio de Janeiro: Cidade e Região/* SMC/ Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1987.

BOEING, Antonio. Ensino religioso: razões de ser na atualidade. IN. http://www.aecsp.org.br.

BOFF, Leonardo. *Saber cuidar: Ética do humano – compaixão pela terra.* Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 1999.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é Educação.* São Paulo: Brasiliense, 2004.

BRASIL, CNE/CEB. Resolução n° 2, de 07 de abril de 1998. Brasília- DF. Disponível em http;//www.mec.gov.Br/cne/pdf/CEB0298.pdf.

BRASIL, Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1988

BRASIL, Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA / FNDE. Revista Gestão em Rede - exemplar n° 79 - MEC / FNDE.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. / SEB – Secretaria de Educação Básica. *Cadernos do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares.*

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Declaração de Salamanca: enquadramento de ações para estudantes com necessidades educativas especiais.* Disponível no site www.mec.gov.br. Acessado em julho de 2007.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.* MEC, Brasília, DF, 2008.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Parâmetros Curriculares Nacionais – Orientações complementares.* Disponível em: http://portal.mec.gov.br/

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Programa de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA. Documento Base. Disponível em http://portal.mec.gov.br/setec Acesso 07.04.2006.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Resolução nº 04 de 17/03/09 - MEC / FNDE.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.* Disponível no site www.mec.gov.br.

BRASIL. Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Brasília, DF, 2007 a.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Ciência e Tecnologia em Saúde. *Atuação do Ministério da Saúde no Caso de Contaminação Ambiental por Pesticida Organoclorados na Cidade dos Meninos,* Município de Duque de Caxias. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE / IDEC. *Consumo sustentável: manual de educação.* Brasília: Consumers international/MMA/IDEC. 2002.

BRASIL. Portaria Interministerial nº1.010 de 8 de maio de 1996.

BRASIL/IBGE. *Indicadores de desenvolvimento sustentável*: Brasil 2008. CD-ROM. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

CARON, Lurdes (org.) et alii. *O ensino religioso na nova LDB.* Petrópolis: ed. Vozes, 1998.

CARVALHO, Iracema Baronide. *Laranjas brasileiras.* Nova Iguaçu: SMCEL, 1999.

CAVALCANTI, Sandra Tenório. *Tenório, meu pai.* Rio de Janeiro: Global, 1986.

Censo Demográfico do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IBGE, 1955, v. XXIII, tomo 1.[Série Regional.]

CIAVATTA, Maria. *A formação integrada: a Escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade.* In: RAMOS, Marise. (Org.) ; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.); CIAVATTA, Maria (Org.) Ensino Médio Integrado: Concepção e Contradições. São Paulo: Cortez, 2005; pp. 83-105.

CIFUENTES Rafael Llano apud FIGUEIREDO, Anísia. *Ensino Religioso no Brasil: tendências, conquistas e perspectivas.* Petrópolis: Vozes, 1996.

COSTA, Iraci Del Nero da. *Nota Sobre a Posse de Escravos nos Engenhos e*

Engenhocas Fluminenses- 1778, Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, n° 28, São Paulo: USP, 1988.

CUNHA, Luiz Antônio. O ensino profissional na irradiação do industrialismo. São Paulo: UNESP,2005.

DABUL, Ligia. *Um Tanto da História de Xerém: Análise Social e Eclesial.* In: Unidade e prática de fé: pastoral ecumênica da terra em Xerém. Rio de Janeiro: CEDI, 1987.

Dicionário Histórico-Bibliográfico Brasileiro (1930-1983). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1985, vv. 3 e 4.

FADEL, Simone. Meio Ambiente, Saneamento e Engenharia no Império e na Primeira República. RJ: Garamond/FAPERJ, 2009.

FAEP (Fundação de Apoio à Escola Pública). *Atlas Histórico e Geográfico Escolar do Estado do Rio de Janeiro.* Secretaria Extraordinária de Programas Especiais/FAEP, 1993.

FERNANDES, E.M. *A implantação do modelo pedagógico em educação especial no Município de Duque de Caxias* – Relato de Experiência. In: Boletim da Associação Brasileira de Psicopedagogia. Ano 9, n. 20. São Paulo: Acontecimentos Culturais Impressão, 1989.

FERNANDES, E.M. *Construtivismo e Educação Especial.* Revista Integração. Ministério da Educação e Desporto/ Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC, ano5- n°11, 1994

FERNANDES, E.M. Educação para todos – saúde para todos: a urgência da adoção de um paradigma multidisciplinar nas Políticas Públicas de atenção a pessoas portadoras de deficiências. In: Benjamin Constant / MEC, ano 5, n. 14, p. 3-10. Rio de Janeiro: IBCENTRO, 1999.

FERNANDES, E.M. *Uma proposta de redimensionamento do atendimento educacional em rede pública de ensino a pessoas portadoras de retardo mental*, 1992 in O Campo de Atenção Psicossocial. Rio de Janeiro: Instituto Franco Basaglia, Te Cora, Editora, 1997.

FERNANDES,E.M;PIO.M.B;BATISTA.F.M; FERREIRA,V.M. *Gestão em Educação Especial na perspectiva da inclusão: estudo de caso do Município de Duque de Caxias.* Anais do III Congresso Multidisciplinar de Educação Especial. Londrina, UEL, 2009.

FERNANDES,E.M;REDIG,SANTOS,CERQUEIRA,DOS SANTOS, MATOS.O *Atendimento educacional a estudantes com necessidades educativas especiais nos sistemas municipais de ensino do Rio de Janeiro.* In Resumos da 7a Jornada de Educação Especial. Inclusão: Intenção e Realidade. FUNDEPE: Marília, 2004.

FERREIRA, Amauri Carlos. *Ensino Religioso nas fronteiras da ética.* Petrópolis: Vozes, 2001.

FORTE, José Mattoso Maia. *Memória da fundação de Iguassú.* Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio Rodrigues & C., 1933.

FORTES, Maria do Carmo Cavalcanti. *Tenório, o homem e o mito.* Rio de Janeiro: Record, 1986.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia.* Rio de Janeiro: Paz e Terra,1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.); CIAVATTA, Maria (Org.). *Ensino Médio Integrado: Concepção e Contradições.* São Paulo: Cortez, 2005.

FRÓES, Vânia. *Município de Estrela – 1846-1892.* Rio de Janeiro: UFF, 1974. Dissertação de Mestrado em História.

FUCHS, Guilherme. Depoimentos e reflexões de um teuto brasileiro: uma crônica. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 1988.

FUNDREM (Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro). *Unidades Urbanas Integradas de Oeste. Plano Diretor, V. II* - Duque de Caxias. Rio de Janeiro: FUNDREM, 1979.

GEIGER, Pedro Pichas e SANTOS, Ruth Lyra. *Notas sobre a evolução da ocupação humana da Baixada Fluminense.* Rio de Janeiro: IBGE, 1956. Separata da Revista Brasileira de Geografia, n° 3, ano XVI, Rio de Janeiro, jul/set de 1955.

GEIGER, Pedro Pichas. *Loteamento na Baixada da Guanabara.* In: Anuário geográfico do Estado do Rio de Janeiro, n° 5, 1978.

GHELLER, Elza Maria (org.). *Josefa, a resistência de uma camponesa brasileira.* São Paulo: Paulinas, 1996.

GOMES, Flavio dos Santos. *Histórias de Quilombolas: Mocambos e Comunidades de Senzalas no Rio de Janeiro.* Séc. XIX. São Paulo: UNICAMP, 1992, cap. 1. Dissertação de Mestrado (mimeo).

GRABOWSKI, Gabriel. Financiamento da educação profissional. IN: Workshop. Novas perspectivas para a educação profissional e tecnológica no Brasil. Brasília, mimeo, 2005.

GRABOWSKI, Gabriel. RIBEIRO, Jorge A. R., SILVA, D. S. Formulação das políticas de financiamento da educação profissional no Brasil. Levantamento dos organismos financiadores da educação profissional. Brasília: MEC/SETEC, novembro/2003.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura.* 8.ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GRIMBERG, Elizabeth; BLAUTH, Patrícia. *Coleta seletiva: reciclando materiais, reciclando valores.* São Paulo: Instituto Polis. 1998.

GRYNSZPAN, Mário. *Lavradores e Grileiros na Luta Democrática.* Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1982. Monografia.

GRYNSZPAN, Mário. *Mobilização Camponesa e Competição Política no Estado do Rio de Janeiro* (1950-1964). Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1987. Dissertação de Mestrado.

GRYNSZPAN, Mário. Os Idiomas da Patronagem: Um Estudo da Trajetória de Tenório Cavalcanti, Revista Brasileira de Ciências Sociais, n° 14, Rio de Janeiro: Vértice/ANPOCS, outubro de 1990, pp. 73-90.

GUIA Sócio-Econômico dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro. RJ Gráfica do JB,1993.

HILAIRE, Augusto de Saint. *Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo* (1822). Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1932, série V, v. V. [Coleção Biblioteca Pedagógica Brasileira.]

IDEC. Consumo sustentável: programa das Nações Unidas para o desenvolvimento. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente. 1998.

IZQUIERDO MORENO, *Ciríaco. Educar em valores.* São Paulo: Paulinas, 2001. JUNQUEIRA, Sergio Rogério Azevedo. *Ensino Religioso e sua relação pedagógica.* Petrópolis: Vozes,2002.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O homem e a Guanabara.* Rio de Janeiro: IBGE (Setor de Evolução Urbana, 3),1964.

LELOUP, Gean-Yves. Cuidar do ser: Fílon e os terapeutas de Alexandria. Petrópolis: Vozes, 2007.

LEMOS, Santos. *O negro Sabará.* Rio de Janeiro: Destaque, 1977

LEMOS, Santos. *Os donos da cidade.* Rio de Janeiro: Caxias Recortes, 1980. LEMOS, Santos. *Sangue no 311.* Rio de Janeiro: Reper Editora, 1967.
LOPES, Irene Maria Magalhães e ALESSIO, Nancy. *Transformação Política ao Nível do Poder Local – Estudo de Caso (Caxias).* Relatório Preliminar, Revista de Ciência Política, Rio de Janeiro, v. 5, nº 4, out/dez. 1971.

LUSTOSA, José. Cidade de Duque de Caxias: desenvolvimento histórico do Município: dados gerais. Rio de Janeiro: Serv. Gráfica do IBGE, 1958.

MACEDO, Elza Derly Veloso. *Ordem na Casa e Vamos à Luta! Movimento de Mulheres no Rio de Janeiro:*1945-1964. Lydia da Cunha: Uma Militante. Niterói: UFF, 2001. Tese de Doutorado em História.

MENDONÇA, Sonia Regina de. *Ruralismo Brasileiro* (1888 – 1931). SP: Hucitec, 1997.

MIGNOT, Ana Chistina Venâncio. *Baú de Memórias, Bastidores de Histórias. O Legado de Armanda Álvaro Alberto.* Rio de Janeiro: PUC/RJ, 1997. Tese de Doutorado do Departamento de Educação.

MIGNOT, Ana Cristina Venancio. Baú de Memórias, bastidores de histórias – o legado pioneiro de Armanda Álvaro Alberto. Tese de Doutorado, Departamento de Educação.PUC,1997.

MONTEIRO, J. H. P. et al. *Manual de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos.* Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Administração Municipal, 2001.

MONTEIRO, Mariangela da S. Convivência e Participação: os desafios da educação na contemporaneidade. Rio de Janeiro: UFRJ, tese doutorado, 2008.

MOREIRA, Tânia Maria Salles. *Chacinas e falcatruas.* Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1999.

MORIN, Edgard. *Os sete saberes necessários à educação.* São Paulo: Cortez, 2000.

MOURA, Dante Henrique. *Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração.* IN: Anais da 1ª Conferência Nacional da

Educação Profissional e Tecnológica. Brasília 05 a 08 de novembro de 2006. Brasília/DF: MEC, 2006 (no prelo).

MOURA, Dante Henrique. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. IN: Anais da 30ª Reunião Anual da ANPED. Caxambu/MG: ANPED, 2007.

MOURA, Dante. Henrique. *A formação de docentes para a educação profissional e tecnológica.* IN: Anais do XXIII Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação. Porto Alegre: UFRGS, 2007b.

MOURA, Dante. Henrique. *Ensino médio integrado na modalidade EJA: financiamento e formação de Professores.* In: Anais do 18º Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste (EPENN), 2007. Maceió: EDUFAL, 2007c.

MOURA, Dante. Henrique. *Sociedade, educação, tecnologia e o uso das TIC´s nos processos educativos.* In: Trabalho necessário – Revista eletrônica do neddate, ano 2, nº 2, 2004. Disponível em http://www.uff.br/trabalhonecessario/hrdante%20TN2.htm Acesso 05.12.2004.

NIGRA, Dom Clemente M. da Silva. *A Antiga Fazenda de São Bento de Iguaçu*, Revista do SPHAN, nº 7,1943.

O'LEARY, P. R. et al.. *Decision Maker"s Guide to Solid Waste Management.* v. 2. Washington C: U.S. Environmental Protection Agency, 1999.

OLENIK, Marilac Loraine R. DALDEGAN, Viviane Mayer. *Encantar: uma prática pedagógica no ensino religioso.* 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

OLIVEIRA, Lilian Blanck de. *Ensino Religioso no ensino fundamental.* São Paulo: Cortez, 2007.

PASCHOALICK,W. Análise do processo de encaminhamento de crianças às classes especiais para deficiente mentais desenvolvido nas Escolas de 1o grau da delegacia de Marília. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica. Dissertação de Mestrado, 135 pp, 1981.

PASSOS, João Décio. *Ensino Religioso: construção de uma proposta.* São Paulo: Paulinas,2007.

PEIXOTO, Rui Afrânio. *Imagens iguaçuanas.* Nova Iguaçu: Edição do Autor, 1968.

PEREIRA, Waldick. *A mudança da Vila (história iguaçuana).* Nova Iguaçu: Arsgráfica, 1970.

PEREIRA, Waldick. Cana, café & laranja: história econômica de Nova Iguaçu. Rio de Janeiro:FGV/SEEC–RJ, 1977.

PERES, Guilherme. *Baixada Fluminense: os caminhos do ouro.* Rio de Janeiro: Impresso Brasil Gráfica Register, 1993.

PERES, Guilherme. Tropeiros e viajantes na Baixada Fluminense. Rio de Janeiro: Gráfica Shaovan, 2000.

Plano de Desenvolvimento Local Integrado. Duque de Caxias/RJ: M. Roberto Arquitetos, 1969, III, p. 3.

PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS: PMDC/Secretaria Municipal de Planejamento,1992.

PLANO DIRETOR URBANÍSTICO DO MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS – RJ. Duque de Caxias: PMDC/Câmara Municipal de Duque de Caxias, 2006.

PLANO DIRETOR URBANÍSTICO DO MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS – RJ. Livreto do Fórum. DC: Fundação Dom Cintra, setembro de 2006.

PNLL – Plano Nacional do Livro e Leitura – Estado e Sociedade atuando pelo desenvolvimento da leitura no Brasil.

PONDË, Francisco de Paula Azevedo. *O Porto Estrela*, Revista do IHBG, v. 293, Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1972, pp. 49-50.

PORTO, Rubens. *Cidade das meninas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.

REFEITURA DE E AXIAS, ECRETARIA E DUCAÇÃO. DUQU

REFEITURA DE E AXIAS, ECRETARIA E DUCAÇÃO. esolução nº 02/1998.

REFEITURA DE E AXIAS, ECRETARIA E DUCAÇÃO. DUQU

PUREZA, José. *Memória camponesa*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

RAMALHO, José Ricardo. *Estado patrão e luta operária: o caso FNM*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.Revista Pilares da História - Dezembro/2003.

RAMOS, Marise Nogueira. *O Projeto Unitário de Ensino Médio sob os Princípios do Trabalho, da Ciência e da Cultura*. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. (Org.). Ensino Médio: Ciência, Cultura e Trabalho. Brasília, 2004.

RAMOS, Marise. *Concepção do ensino médio integrado à educação profissional.* Natal: Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Norte, 2007.

RAMOS, Marise. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. In: RAMOS, Marise. (Org.); FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.) ; CIAVATTA, Maria (Org.).

Ensino Médio Integrado: Concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005; pp. 106-127.

RAMOS, Marise; SOUZA, Donaldo; DELUIZ, Neise. *Educação Profissional na Esfera Municipal*. São Paulo: Xamã, 2007.

RODRIGUES, Hélio Suêvo. *A formação das estradas de ferro no Rio de Janeiro*. O resgate da sua memória. RJ: Memória do Trem, 2004.

SANTOS, Eloísa. H. Metodologia para a Construção de uma Política de Formação Inicial e Continuada de Profissionais da Educação Profissional e Tecnológica. MEC, 2004.

SANTOS, M.R.M.; MELO, M. F.; RODRIGUEZ, M. E.(org.). Como exigir o direito ao saneamento ambiental: guia prático: mecanismos de exigibilidade do direito ao saneamento. Rio de Janeiro: FASE. 2009.

SAVIANI, Demerval, *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 8º ed.

Revista e Ampliada. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

SAVIANI, Demerval. *Sistema de educação: subsídios para a Conferência Nacional de Educação* (CONAE). In: QUEIROZ, Arlindo Cavalcanti; GOMES, Lêda. (Org.). Conferência Nacional de Educação (Conae) 2010: reflexões sobre o Sistema Nacional de Educação e o Plano Nacional de Educação. 1 ed. Brasília: INEP - MEC, 2009, v. 1, p. 33-74.

SCHIELMANN,A. O uso de testes para avaliar as capacidades mentais: um erro conceitual. Anais do Simpósio Brasileiro de Pesquisas e Intercâmbio da ANPEPP. Rio Grande do Sul, 1989.

SCHNEIDER,D. alunos excepcionais: um estudo de caso de desvio. In: VELHO, Gilberto. Desvio e Divergência – uma crítica da patologia social. Rio de Janeiro: Zahar,1985

SILVA, Arlindo. *Memórias de Tenório Cavalcanti segundo a narrativa a Arlindo Silva.* Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1954. 255 p.

SILVA, Helenita M. B. *Emancipação do Município de Duque de Caxias.* Rio de Janeiro: UERJ, 1995.Monografia.

SILVEIRA JUNIOR, Antônio Manuel da. *Contribuição à História da Imigração no Brasil.* Estudo de Caso: A Imigração Alemã em Caxias. Duque de Caxias: FEUDUC. Monografia.

SILVEIRA, Jorge Luís R. da. Transformação na Estrutura Fundiária do Município de Nova Iguaçu Durante a Crise do Escravismo Fluminense. Niterói: UFF, 1998. Dissertação de Mestrado em História.

SOARES, M. T. Segadas. Nova Iguaçu. *Absorção de uma Célula Urbana pelo Grande Rio*, Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro: IBGE, nº 2, ano XVII, abr/jun. 1955.

SOUZA, Marlucia Santos de e JUNIOR PIRES, Roberto. *Terra de Muitas Águas.* Texto nº 5, Duque de Caxias: Itatiaia, 1996.

SOUZA, Marlucia Santos de e outros. *Os caminhos do ouro na Baixada Fluminense* In Revista Pilares a História, Ano 6, Número 7, maio de 2007: 7-21.

SOUZA, Marlucia Santos de. *Escavando o Passado da Cidade de Caxias.* RJ: Dissertação de mestrado pela Universidade Federal Fluminense, 2001.

SOUZA, Marlucia Santos de. *Imagens de Uma Cidade,* Revista da FEUDUC, nº 2, Rio de Janeiro: FEUDUC, setembro de 2000.

SOUZA, Marlucia Santos de. *Memórias da Emancipação e Intervenção no Município de Duque de Caxias nos Anos 40 e 50* In Revista Pilares da História, Ano II, Número 3, dezembro de 2003: 28-36.

SOUZA, Marlucia Santos de. *Os impactos das Políticas Agrárias e de Saneamento na Baixada Fluminense* In Revista Pilares da História, Ano 4, Número 6, abril de 2006.

SOUZA, Sonali Maria de. *Da laranja ao lote: transformações sociais em Nova Iguaçu.* Rio de Janeiro: PPGAS/UFRJ, 1992.

TERABE, Kuniyuki. *Refinaria de Duque de Caxias: 40 Anos.* Rio de Janeiro:

BR/Petrobras, 2001.

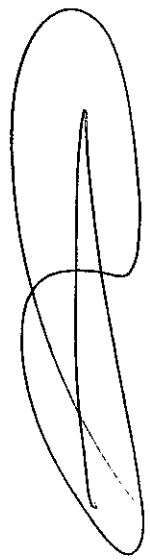
TORRES, Rogério e MENEZES, Newton. Sonegação, fome, saque. Rio de Janeiro: Consórcio de Administração de Edições, 1987.

TRINDADE, Solano. "*Tem Gente Com Fome e Outros Poemas*". Antologia poética. Rio de Janeiro: DGIO,1988.

VELHO, Laís Costa. *Caxias, ponto a ponto* (1953 - 1957). Duque de Caxias: Agora, 1965.

VELOSO, Dom Eurico dos Santos. *Fundamentos filosóficos dos valores no ensino religioso*. Petrópolis: Vozes, 2001.

YAMAMOTO, O. Educação especial – fracasso ou farsa? In: Educação em questão. Rio Grande do Norte: Editora Universitária, p 35-42, 1988.

Sítios Eletrônicos

public.inep.gov.br/enem/Enem2009_linguagens_codigos.pdf - Acesso em 29/08/09.
www.cndc.rj.gov.br (site da Câmara Municipal de Duque de Caxias).
www.governo.rj.gov.br (Portal do Cidadão)
www.mec.gov.br/seb/conselhoescolar (SEB - Conselho Escolar)